

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
MESTRADO E DOUTORADO**

JEAN CARLOS BERWALDT

**CRISE AGRÍCOLA E SUCESSÃO FAMILIAR: O CASO DOS JOVENS
LUTERANOS DA MICRORREGIÃO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
JUNHO - 2018**

JEAN CARLOS BERWALDT

**CRISE AGRÍCOLA E SUCESSÃO FAMILIAR: O CASO DOS JOVENS
LUTERANOS DA MICRORREGIÃO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - Mestrado e Doutorado do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), como requisito para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural.

Professor doutor Tarcísio Vanderlinde

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
JUNHO - 2018**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Berwaldt, Jean Carlos

CRISE AGRÍCOLA E SUCESSÃO FAMILIAR: O CASO DOS JOVENS LUTERANOS DA MICRORREGIÃO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON / Jean Carlos Berwaldt; orientador(a), Tarcisio Vanderlinde, 2018.

107 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2018.

1. Agricultura Familiar. 2. Sucessão Familiar. 3. Sustentabilidade. 4. Jovens Luteranos. I. Vanderlinde, Tarcisio. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



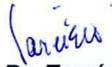
PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

JEAN CARLOS BERWALDT

**CRISE AGRÍCOLA E SUCESSÃO FAMILIAR: O CASO DOS JOVENS LUTERANOS
DA MICRORREGIÃO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:


Orientador(a) – Prof. Dr. Tarcísio Vanderlinde

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)


Prof. Dr. Alvorí Ahlert

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)


Prof. Dr. Flávio Schmitt

Escola Superior de Teologia (EST)

Marechal Cândido Rondon, 22 de junho de 2018

“Está na natureza de Deus criar algo a partir do nada. Esta é a razão porque Ele não pode usar alguém que ainda não chegou a ser nada”.

(Martinho Lutero 1483-1546)

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos á DEUS, já que Ele colocou pessoas tão especiais ao meu lado, sem as quais certamente não teria dado conta de desenvolver e concluir este trabalho.

A meus pais, Alice e Rene, minhas bases, meu infinito agradecimento. Sempre acreditaram em minha capacidade e me acharam o melhor de todos, mesmo eu não sendo. Isso só me fortaleceu e me fez tentar, não ser o melhor, mas a fazer o melhor de mim. Obrigado por terem me feito existir, por tanto amor, por tudo o que sou, por cada oração, por terem me proporcionado educação e amor pelos estudos. Apesar das inúmeras dificuldades, sou grato por me estimularem a continuar. Ao meu irmão Guilherme (Ber Ber), obrigado por você existir em minha vida. Obrigado pelo amor incondicional de todos.

À Jennifer Marodin, Jenni ou amor, são tantas as formas de te chamar. Agradeço por ser tão importante na minha vida, por estar sempre ao meu lado, me colocando para cima e me fazendo acreditar que posso mais que imagino. Devido ao seu companheirismo, amizade, paciência, compreensão, apoio, alegria e amor, este trabalho pôde ser concretizado. Como diz Lulu Santos: “E a gente vive junto, E a gente se dá bem”. Enfim, sou grato por estar incessantemente ao meu lado, sendo muito mais do que se pode esperar. Amo você!

À pequena Clara Marodin Berwaldt, a quem dedico este trabalho na integralidade. Espero que no futuro seja fonte de inspiração para você trabalhar e acreditar “em nossa” Igreja, assim como eu acredito.

Ao professor doutor Tarcísio Vanderlinde, que acreditou em meu potencial de uma forma que nem eu mesmo acreditava ser capaz de corresponder. Sempre disponível e disposto a ajudar, querendo que eu aproveitasse cada segundo ao longo do mestrado para absorver todos os tipos possíveis de conhecimento. Foi um grande companheiro na viagem para conhecer os “Caminhos de Lutero”, experiência pessoal, única e digna de boas recordações. Fez enxergar que existe mais que pesquisadores e resultados por trás de uma dissertação. Acima de tudo, vidas humanas. O senhor não foi somente orientador, mas, em alguns momentos, conselheiro, confidente, um verdadeiro paizão. É referência profissional e pessoal para meu crescimento. Obrigado por estar ao meu lado e acreditar tanto em mim.

Aos professores participantes da banca examinadora que dividiram comigo este momento tão importante e esperado: Professor Doutor e Pastor Alveri Ahlert e Professor Doutor e Pastor Flávio Schmitt. Agradeço também aos professores da banca de qualificação: Professor Doutor Mauro José Ferreira Cury e Professor Doutor Paulo César da Silva Ilha.

Aos meus padrinhos Verni e Nelvi Krause pelo engajamento na tabulação dos dados dos questionários. Obrigado pela ajuda.

A todas as pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação, estimulando-me intelectual e emocionalmente. Em especial ao pastor e amigo Flavio Antonio Epp, aos diversos outros ministros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), Sandra Fanzlau, Vernei Hengen, Fernando Matias, Dione Baldus, Elisa Fenner Webber (...). Obrigado pelos livros emprestados, pelas leituras, indicações, respostas às minhas dúvidas, mesmo nas segundas-feiras (hehe), e pelos incentivos a acreditar que tudo daria certo. Realmente, deu certo, e vocês são parte essencial desse trabalho.

Ao Sínodo Rio Paraná, em especial à Danieli Weirich, e à coordenação da Juventude Evangélica Sinodal por proporcionarem espaços de debates e aplicação dos questionários.

Aos meus amigos da Prefeitura de Pato Bragado: Margo Seibert, Disel Bortolato, Marlene Knapp e Cristiane Arnhold, que ouviram tantas reclamações de cansaço e me incentivaram a não desistir. Aos colegas do Isepe Rondon e da FAG - campus Toledo, que me incentivaram e “quebraram galhos” para que eu pudesse participar de eventos científicos. Obrigado.

A todos os docentes e corpo técnico administrativo do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Aos meus amigos. São tantos, arrisco-me a dizer um só nome. Obrigado pela ajuda, ensinamentos, orientações e contribuições.

Estes dois anos em que fiz a pesquisa foram de árdua jornada de desafio, construção e amadurecimento. Nenhum empreendimento é realizado de forma fácil e sem esforço.

RESUMO

BERWALDT, JEAN CARLOS. M.Sc. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, junho de 2018. **Crise agrícola e sucessão familiar:** o caso dos jovens luteranos da microrregião de Marechal Cândido Rondon. Orientador, professor doutor Tarcísio Vanderlinde.

O objetivo da pesquisa foi discutir a crise agrícola e a sucessão familiar entre os jovens luteranos da microrregião de Marechal Cândido Rondon (PR). Buscou-se traçar as dificuldades que estes jovens têm em se manter no campo na presente conjuntura. Para a reflexão, utilizou-se de literatura específica, bem como outras fontes documentais disponibilizadas na página eletrônica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). A pesquisa contou ainda com sondagem de campo envolvendo jovens, ministros e ministras da igreja. Dividiu-se o resultado da pesquisa em três capítulos. Discutiu-se a história da Igreja Luterana no país, sua formação identitária e seu envolvimento com a sociedade onde atua. Diante da crise gerada na agricultura, a igreja propõe alternativas. A pesquisa discute a viabilidade das alternativas no âmbito da modernização agrícola diante do problema da sucessão familiar. A investigação constatou que o apelo por uma vivência em ambiente urbano parece continuar tendo um peso maior do que a possibilidade de se manter a geração seguinte no campo.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Sucessão Familiar, Sustentabilidade, Jovens Luteranos.

ABSTRACT

BERWALDT, JEAN CARLOS. M.Sc. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, June 2018. **Agricultural crisis and family succession:** the case of the young Lutherans of the micro-region of Marechal Cândido Rondon. Advisor, teacher doctor Tarcísio Vanderlinde.

The objective of the research was to discuss the agricultural crisis and the family succession among the young Lutherans of the microregion of Marechal Candido Rondon (PR). It was sought to trace the difficulties that these young people have in staying in the field in the present conjuncture. For reflection, we used specific literature, as well as other documentary sources made available on the website of the Evangelical Lutheran Confession Church in Brazil (IECLB). The survey also included field surveys involving youth, church ministers and ministers. The research was divided into three chapters. It discussed the history of the Lutheran Church in the country, its identity formation and its involvement with the society where it operates. Faced with the crisis generated in agriculture, the church proposes alternatives. The research discusses the feasibility of alternatives in the field of agricultural modernization in the face of the problem of family succession. The research found that the appeal for living in an urban environment seems to carry more weight than the possibility of maintaining the next generation in the field.

Keywords: Family Agriculture, Family Succession, Sustainability, Young Lutherans.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL.....	11
2 CAPÍTULO I - IGREJA LUTERANA: MIGRAÇÕES E IDENTIDADE	13
2.1 INTRODUÇÃO.....	13
2.2 AS MIGRAÇÕES LUTERANAS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS BRASILEIRAS	15
2.3 A IMIGRAÇÃO ESTABELECENDO TERRITÓRIOS	22
2.4 COLONIZAÇÃO DO OESTE PARANAENSE	24
2.5 IECLB: HISTÓRIA E MODO DE SER.....	29
2.6 A IECLB NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	36
2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
3 CAPÍTULO II - AGRICULTURA FAMILIAR, CRISE E INTERVENÇÃO DA IECLB.....	41
3.1 INTRODUÇÃO.....	41
3.2 REFORMA AGRÁRIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA	43
3.3 AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA	46
3.4 SUCESSÃO FAMILIAR E ÊXODO RURAL	54
3.5 RURALIDADE E JUVENTUDE.....	58
3.6 AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE: A PROPOSTA DA IECLB	63
3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
4 CAPÍTULO III - SUCESSÃO FAMILIAR DOS JOVENS LUTERANOS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	70
4.1 INTRODUÇÃO.....	70
4.2 MINISTROS E JUVENTUDE: OS DESAFIOS DA IECLB NO OESTE DO PARANÁ	71
4.3 OS JOVENS LUTERANOS DO OESTE DO PARANÁ.....	78
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
5 CONCLUSÕES GERAIS	85
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PASTORES (AS)	97

ANEXO B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS JOVENS.....	101
--	------------

1 INTRODUÇÃO GERAL

A pesquisa discutiu a sucessão familiar no meio agrícola entre famílias luteranas na microrregião do município de Marechal Cândido Rondon e no Oeste do Paraná. A pesquisa contou com sondagem de campo, aporte teórico específico e fontes documentais disponibilizadas pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). A unidade administrativa responsável pela coordenação das paróquias da IECLB na microrregião de Marechal Cândido Rondon é conhecida por Sínodo Rio Paraná. O sínodo possui sua sede administrativa na cidade de Toledo (PR).

A investigação se caracteriza como estudo de caso, é descritiva e com caráter qualitativo. As análises partem de documentação específica, registros, observação e entrevistas com o intuito de identificar o perfil cultural, socioeconômico e familiar dos sujeitos envolvidos na pesquisa. O estudo de caso, amparado por meio da coleta de evidências, é discutido por Yin (2001). De acordo com o autor, a pesquisa pode se originar de seis fontes distintas: documentos de campo, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.

O aspecto descritivo da investigação foi orientado conforme Gil (2002). As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre as variáveis. Em se tratando dos parâmetros qualitativos, variável caracterizada pelos seus atributos, relaciona aspectos não somente mensuráveis, mas também definidos descritivamente através do território a ser mapeado, segundo Fachin (2003).

O primeiro capítulo discute a identidade da Igreja Luterana a partir do âmbito de sua história no cenário brasileiro. Aparece a historização das primeiras comunidades luteranas advindas de povos imigrantes e a suas migrações internas posteriores para a região Oeste paranaense.

O segundo capítulo problematiza a agricultura familiar, características e conceitos no contexto do trabalho social da IECLB. Discute-se a formação do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e a representatividade dos jovens no meio rural diante das metamorfoses provocadas pela agricultura moderna e o consequente êxodo rural.

Com foco voltado aos objetivos da pesquisa, o capítulo final procurou discutir os resultados da sondagem de campo realizada entre jovens, pastores e pastoras da região alvo da investigação. São abordados, na visão dos pesquisados, assuntos como sucessão familiar, agroecologia, êxodo rural e o surgimento do CAPA.

2 CAPÍTULO I - IGREJA LUTERANA: MIGRAÇÕES E IDENTIDADE

2.1 INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que a religião possui uma relação estreita com a comunidade, implicando em múltiplas e complexas práticas, que interagem com os mais variados segmentos e espaços da sociedade (RABUSKE et al., 2012). No caso da colonização do Sul do Brasil, houve significativa influência das comunidades evangélicas, de modo que o tema continua a despertar o interesse de estudiosos do assunto.

A chegada de protestantes ao Brasil se deu logo após a descoberta do país, porém, esses movimentos não deixaram marcas, ganhando maior representatividade após 1824, com a chegada de imigrantes alemães, que na grande maioria eram luteranos protestantes. No Oeste do Paraná, as primeiras comunidades luteranas que se estabeleceram migraram predominantemente do Estado do Rio Grande do Sul ao final das décadas de 1940 e 1950 (LINK, 2007).

De acordo com Dreher (2005), a história dos luteranos no Brasil é bastante fragmentada, havendo diversas denominações para as comunidades que aqui se formaram. A exemplo, tem-se hoje a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), IECLB, Associação de Comunidades Livres, Igreja Evangélica Congregacional do Brasil (IECB) e Comunidades Luteranas Livres. Todas essas denominações são originárias de um mesmo povo imigrante e que tem raízes comuns no século XIX.

Conforme Wulfhorst (1989), os protestantes são divididos em luteranos, reformados, anglicanos, batistas, adventistas e pentecostais. A exemplo, tem-se a IELB, a qual iniciou suas atividades em 1902 e até hoje integra a comunhão da Igreja Luterana-Sínodo Missouri, dos Estados Unidos, não se filiando à Federação Luterana Mundial, nem ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. Assim como a IELB, os demais grupos protestantes também são de origem norte-americana, tendo sido iniciados por missionários.

Segundo Gregory e Stein (2012), a IELB e a IECLB estão intrinsecamente ligadas à expansão geográfica dos alemães pelo território brasileiro, tendo ainda a participação de várias outras etnias advindas de regiões coloniais. Para os autores, a formação de uma rede de igrejas luteranas nas frentes de colonização tem grande

influência devido à presença de imigrantes alemães nas novas áreas de colonização.

A IELB criou paróquias nas frentes de colonização, principalmente no Centro-Oeste brasileiro, Mato Grosso, Rondônia, Alto Rio Madeira e Rio Machado. Já a IECLB procurou se estabelecer em todas as regiões do país, com destaque para os Estados do Sul, Norte e Nordeste (GREGORY; STEIN, 2012).

Conforme Dreher (2005, p. 51), “a instalação do luteranismo no Brasil não ocorreu em virtude de atividades de sociedades missionárias luteranas, mas em consequência das necessidades do ser humano migrante”. São migrantes advindos principalmente da Alemanha que entraram no país ao longo de 120 anos, tendo uma representatividade de 60% de evangélicos entre os alemães que aqui chegavam. Dos ramos do luteranismo presentes no Brasil, destacam-se a formação e a expansão da IECLB.

Este segmento eclesial originou-se através da Federação Sinodal no ano de 1949, decorrente da união das estruturas eclesiásticas (comunidades), dos Sínodos: Riograndense (1886), Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados, este mais conhecido como Sínodo da “Caixa de Deus” (1905), a Associação Evangélica de Comunidades de Santa Catarina (1911) e o Sínodo Evangélico Brasil Central (1912). Foi a partir destas comunidades que a IECLB herdou a espiritualidade e a confessionalidade que caracterizam o segmento luterano (WACHHOLZ, 2009).

A Federação Sinodal teve papel importante no surgimento de uma rede de escolas comunitárias de educação básica, com vínculo estreito à organização da vida comunitária do povo protestante e da criação e desenvolvimento da IECLB. O desenvolvimento das escolas comunitárias mostra que houve uma constante necessidade de adaptação às dificuldades e de busca de soluções para as mais diferentes situações que foram se apresentando no transcorrer dos anos. A IECLB, por meio da atuação de seus sínodos, e especialmente do antigo Sínodo Riograndense, comprometeu-se com as escolas e com a educação brasileira (STRECK, 2016).

As históricas comunidades luteranas eram formadas essencialmente por agricultores. Desde sua formação, a IECLB leva em conta esta origem, o que a faz preocupar-se com a questão agrária do país, situação econômica, direitos humanos, sociedade, política e cidadania (MAJEWSKI; RULDORF, 2005).

O capítulo discute a migração luterana para o Brasil e a posterior expansão dos fluxos migratórios, principalmente de grupos que se dirigem para o Oeste do Paraná. É neste contexto que emerge a IECLB, que a partir dos sínodos históricos manifesta-se com uma identidade peculiar no âmbito de sua missão para o Brasil.

2.2 AS MIGRAÇÕES LUTERANAS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS BRASILEIRAS

O ser humano tem como característica superar suas limitações e necessidades impostas pela sua própria condição. Vive em busca de razões que norteiam suas vidas ao se relacionar com a natureza ou outros seres humanos. Essas relações ocorrem em diversos níveis: na família, no trabalho, nos encontros, reuniões, festas e igrejas (SILVA, 2012).

Ao buscar um sentido para sua existência, o ser humano pode ser levado a crer em uma forma de vida superior, na qual todas as coisas subsistem por um poder supremo, que é capaz de controlar a vida humana e de todo o universo. A busca pelo sentido da existência pode ser experimentada pela e através da religião, que é tratada como um fenômeno. A religião pode ser tida como um sistema que apresenta comportamento, organização, estruturação e doutrina, sempre na busca do significado e do sentido da vida e da existência humana (SILVA, 2012).

Weiss (2012) observa em seu estudo sobre Durkheim que a religião é considerada um fenômeno social, que teria como função manter a unidade do grupo, garantindo ideias que fossem fundamentais para o mesmo. O estudo do fenômeno religião deveria ser feito a partir da investigação da manifestação religiosa, mesmo a mais simples, tendo papel importantíssimo na vida social do indivíduo.

Na perspectiva de Durkheim, o totemismo, por exemplo, constitui o sistema religioso mais simples, no qual o grupo social cria uma identidade que se torna responsável por diferenciá-lo de outros grupos. Assim, o sociólogo está convencido de que as coisas sagradas são representações da vida social (VARES, 2015). Ainda entre as definições, o componente religioso se faz presente na “estrutura da personalidade humana” e em cada civilização (VARES, 2015, p. 5).

Segundo Vares (2015, p. 6), Durkheim relata que a “essência da religião está na distinção da realidade em duas esferas: a do ‘sagrado’ e a do ‘profano’”. O sagrado compõe-se de crenças e ritos que, de certa forma, podemos chamar de

religião ou igreja. Aponta ainda que “o que caracteriza o sagrado é o fato de estar apartado das coisas cotidianas” e que o afastamento desta realidade desperta reações quando profanado.

Para Weiss (2012, p. 104), “dentre os fenômenos que constituem a religião, são identificados inicialmente as crenças e os ritos”. As crenças são representações de algo específico, e é justamente o objeto da crença que a define como crença, e os ritos determinam o comportamento do homem quanto ao sagrado.

Dentre os ritos existem os negativos, que têm o intuito de preservar a separação entre o mundo sagrado e o mundo profano, e os positivos, que visam manter o fiel em contato com o sagrado. Os ritos têm a função de fazer com que as pessoas saiam do universo profano e acessem o mundo sagrado, sendo responsáveis por “manter vivas as crenças, permitindo a renovação das representações coletivas referentes às coisas sagradas” (VARES, 2015, p. 9). De um modo geral, o autor conclui que “Durkheim considera a sacralização do humano um avanço histórico, social e político, inestimável para os rumos da civilização” (VARES, 2015, p. 18).

Eliade (1992, p. 17), em sua interpretação sobre o “sagrado” e o “profano”, inicia sua tese falando sobre o espaço sagrado e o espaço profano, observando que, “para o homem religioso, o espaço não é homogêneo: o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaços qualitativamente diferentes das outras”. Para o autor, essa não-homogeneidade espacial para o homem religioso é uma oposição entre o espaço sagrado, aquele que é real, que de fato existe, e o resto que o cerca, enquanto que do ponto de vista profano o espaço é homogêneo e neutro, ou seja, sem nenhuma orientação.

O entendimento desses conceitos (sagrado e profano) é fundamental para a compreensão do fenômeno religioso. O autor diz que o “sagrado” é o que distingue do que é comum, sendo completamente diferente do cotidiano, ou seja, diferente daquilo que é “profano”. Estes dois conceitos (sagrado e profano) “constituem duas modalidades de ser no mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo de sua história” (ELIADE, 1992, p. 14).

De acordo com o autor, seja qual for o contexto histórico, o homem religioso acredita que existe uma realidade absoluta, o “sagrado”, “que a vida tem uma origem sagrada e que a existência humana atualiza todas as suas potencialidades na medida em que é religiosa, ou seja, participa da realidade” (ELIADE, 1992, p. 97).

O fenômeno migratório às vezes se associa ao fenômeno religioso. Esses deslocamentos também são estimulados pelo advento da tecnologia e pelo impacto de fatores de ordem econômica e social. Em muitos países não se adotavam diferenças entre os direitos dos nacionais e os dos estrangeiros migrantes. Isto acabou trazendo um impacto positivo na formação de diversos povos e nacionalidades. O fenômeno migratório altera o desenvolvimento de regiões e países, o crescimento populacional de cidades e a troca de experiências e tecnologia entre povos, ocasionando alterações ao meio em decorrência desses processos (MARINUCCI; MILESI, 2011).

A religião, assim como a busca por melhores condições de vida, seja em termos de urbanização, saúde, educação, emprego ou até mesmo a fuga de países em guerra, está relacionada aos movimentos migratórios e à construção de novas comunidades, e interfere na economia, seja local ou global.

Em todas as épocas, as migrações proporcionaram desafios para os países, sociedades locais e/ou regionais e ainda para a comunidade internacional. Dentre os maiores desafios está a preocupação com a exclusão crescente dos povos; luta pela sobrevivência de países e regiões; aumento das desigualdades entre Norte e Sul; a existência de barreiras protecionistas¹ que não permitem aos países emergentes colocarem os próprios produtos em condições competitivas nos mercados; a proliferação dos conflitos e das guerras; o terrorismo; os movimentos marcados por questões étnico-religiosas; a urbanização acelerada; a busca de novas condições de vida nos países centrais, por trabalhadores da África, Ásia e América Latina; questões ligadas ao narcotráfico, à violência e ao crime organizado; os movimentos vinculados às safras agrícolas sazonais, aos grandes projetos da construção civil e aos serviços em geral; e as catástrofes naturais e situações ambientais (MARINUCCI; MILESI, 2011).

Observa-se, então, a importância do papel dos processos migratórios na composição sociocultural, formação territorial e religiosidade, de modo que se têm as migrações como fator importante no processo global de acúmulo de capital, já que os fluxos possuem um sentido de saída de zonas menos desenvolvidas em direção a zonas luminosas ou mais desenvolvidas, sempre buscando melhores condições de

¹Barreiras protecionistas são barreiras alfandegárias que, de acordo com Berto (2004, p. 2), são mecanismos para impedir o avanço e estimular o crescimento de economias. “A barreira comercial imposta por muitos países pode ser entendida como qualquer lei, regulamento, prática ou política governamental que proteja os produtores de um país contra a competição externa”.

vida através de novas oportunidades de emprego. O desenvolvimento econômico e cultural no Brasil está atrelado ao fenômeno das migrações. Os movimentos populacionais foram e são determinantes na formação territorial brasileira (PEREIRA; FILHO, 2012).

A preocupação com a ocupação do Brasil por estrangeiros é de longa data, uma vez que em 1922, marco da Independência do Brasil, a principal preocupação do governo brasileiro era garantir a soberania no território ao Sul do país. O interesse dos portugueses pelo Brasil era devido às grandes riquezas naturais aqui existentes. O atual Estado do Rio Grande do Sul inicialmente acabou não fazendo parte do desejo de colonização por parte dos portugueses, pois não se enquadrava nos padrões exigidos pelos europeus para acúmulo de capitais, sem contar que nesta época não existiam portos naturais para que as embarcações dos portugueses pudessem atracar. Segundo Witt (1996), o território rio-grandense passou a chamar a atenção dos portugueses só quando escasseou o braço escravo.

Existia, em contrapartida, um interesse em colonizar o Brasil com imigrantes brancos um século antes de os primeiros imigrantes alemães chegarem ao Rio Grande do Sul, visando resolver a crise do sistema, uma vez que havia pressão para libertação da mão de obra escrava, período em que o capitalismo estava em transição do mercantil para o industrial, havendo a necessidade da abertura de novos mercados. Com a entrada de imigrantes estrangeiros, estes seriam potenciais trabalhadores, “propagadores da religião do trabalho”, possibilitando a libertação dos escravos, os quais passariam a ser assalariados e consumidores. Em suma, uma ação inteiramente premeditada (WITT, 1996).

Com a intranquilidade da população branca, que temia se repetir no Brasil uma revolução de escravos como a que havia acontecido no Haiti, em 1804, uma vez que a população branca era inferior à negra, percebe-se que desde o processo imigratório as políticas de governo não eram eficientes. No caso do Rio Grande do Sul, essa posição levou a dois períodos distintos na direção da política: a imigração e a colonização. O primeiro, dirigido pelo próprio governo imperial, estendeu-se por um período de seis anos (1824 a 1830); cedendo às pressões dos que se opunham à colonização com núcleos coloniais, cortou toda a ajuda financeira para o transporte e o assentamento dos imigrantes. O segundo momento, dirigido pelo governo da Província, teve início em 1834, quando foram concedidas as províncias

maior autonomia na condução da política de colonização. Contudo, só foi possível a regulamentação dessa política após a Guerra dos Farrapos, em 1845 (WITT, 1996).

Conforme Witt (1996), os desníveis sociais e econômicos existentes na Alemanha encontraram na emigração para o Brasil uma válvula de escape. As camadas sociais mais pobres, formadas por colonos, operários e diaristas, eram forçadas, devido às suas situações socioeconômicas, a deixarem o país.

O estímulo da emigração significava, em caso extremo, que o território de Mecklanburg empurrava para o Brasil uma parte dos seus penitenciários e Hamburgo os seus habitantes não domiciliados e desempregados.

Em suma, os imigrantes que chegaram à região Sul do Brasil realizaram uma colonização nos moldes da política do governo imperial e, desde o princípio, tornaram-se proprietários de terras, diferentemente dos que foram levados às fazendas cafeicultoras, os quais, antes de se tornarem proprietários, quando o conseguiam, tinham de trabalhar em regime de parceria (WITT, 1996).

Neste momento da história, ressalta-se o fato de que com a política de imigração e colonização buscava-se atender a interesses que servissem para o fortalecimento do Império e a prosperidade econômica, ainda que tenha sofrido forte oposição por parte dos latifundiários escravocratas, que mais tarde teriam de abrir mão da escravatura em função do novo modelo econômico imposto pelo Império (WITT, 1996).

Em uma segunda fase da ocupação alemã, a partir de 1840, já se tem um pensamento um tanto quanto diferenciado. O governo alemão incentiva a migração e a ocupação do território brasileiro, uma vez que poderia conseguir benefícios para suas indústrias, que exigiam a expansão do mercado para a colocação de seus produtos. Pensou-se na formação de um Estado alemão para o Sul do Brasil, ideia rejeitada mais tarde por outros círculos da sociedade (WITT, 1996).

O Comitê Evangélico para os Alemães Protestantes na América defendia um plano que previa a necessidade de se dar um direcionamento ao processo emigratório, evitando que grandes massas emigrassem para os Estados Unidos da América, onde, segundo este, os alemães eram rapidamente assimilados e americanizados, tornando-se, inclusive, concorrentes dos demais alemães. De acordo com o Comitê, a direção sugerida aos emigrantes era o Sul do Brasil, uma vez que a região era pouco povoada, tinha maior capacidade de lotação e povoamento e clima favorável para produção de produtos europeus (WITT, 1996).

Além do que, para o Comitê Evangélico, era importante investir na germanidade daqueles que se dirigissem ao continente sul-americano, bem como dos que já estavam lá. Dentre os pontos a serem abordados estava a conservação da língua, costumes, igreja e escolas. A preocupação era criar uma sociedade que recebesse e acompanhasse os emigrantes no processo de assentamento das terras a estes destinadas, transformando, desse modo, a emigração de alemães numa questão econômica (WITT, 1996).

Neste momento, a emigração passa a ser conceituada de forma diferente. Antes tida como alívio às tensões sociais existentes nos territórios alemães, tornou-se proveitosa economicamente. E quanto à política de germanidade, houve profundas implicações no trabalho da Igreja Evangélica (WITT, 1996).

Desde os primórdios da colonização alemã no Rio Grande do Sul, houve ondas de migração interna, logo após a fundação dos primeiros núcleos coloniais. A criação dos núcleos subsequentes se fez com elementos que provinham dos núcleos fundados anteriormente. Os dados referentes à migração interna no Rio Grande do Sul são escassos, mas, ainda assim, pode-se afirmar que a imigração e a migração interna caminharam juntas na colonização do Estado (WITT, 1996).

A principal dificuldade encontrada pelos colonos no início da colonização foi o fato de as terras a eles destinadas não terem sido demarcadas, gerando insegurança em relação à propriedade dessas terras. Além deste, outros problemas como falta de estradas, de assistência médica e desconhecimento da realidade agrícola da região causavam ainda mais desconforto aos colonos (WITT, 1996).

Conforme Dreher (2014, p. 114), o “Estado do Rio Grande do Sul foi povoado a partir de territórios que fazem divisa com países de língua espanhola, com intenção de estender seus domínios até o Rio da Prata”. A imigração se intensificou a partir de 1850, “quando a responsabilidade da colonização é descentralizada e passa para os governos provinciais e para a iniciativa privada” (VANDERLINDE, 2006, p. 68).

A intensificação da imigração dos alemães no Rio Grande do Sul foi resultado de um trabalho muito forte do Sínodo Rio-Grandense. Havia sempre uma preocupação por parte dos evangélicos com os novos imigrantes e com aqueles que migravam para as novas colônias. A pregação itinerante era o campo de trabalho e o desafio dos pastores, tarefa esta, importante, que continuaria no período sinodal (WITT, 1996).

Os imigrantes eram formados basicamente por famílias de pequenos agricultores, em busca de pequenas propriedades para serem utilizadas no trabalho familiar, aproveitando o fato de que estas famílias eram constituídas por muitos filhos, facilitando a mão de obra.

Após a fixação nas novas colônias de terra, muitos colonos passaram a viver dispersos uns dos outros, permanecendo isolados em situações difíceis, uma vez que havia poucas estradas, nenhuma escola e a igreja da qual eram membros ficara distante. Witt (1996) descreve que foram extremamente árduos os primeiros anos nas novas colônias, considerando que os colonos recebiam suas terras quase sempre no meio da mata e ali podiam contar apenas consigo mesmos e com a solidariedade dos vizinhos. Muitas vezes os colonos passavam semanas sem ver outras pessoas que não fossem as da sua própria família.

Ainda de acordo com Witt (1996, p. 63), “não é de se duvidar que esses pioneiros definhassem espiritualmente”. O autor destaca a importância do atendimento itinerante dessas famílias, tendo os pastores dos sínodos a missão de servir de apoio em situações difíceis, sempre indo ao encontro dos evangélicos para preservar sua fé e sua cultura germânica, não repetindo o erro das igrejas evangélicas da Alemanha, que abandonaram os emigrantes que se dirigiram ao Brasil.

Apesar de toda a dificuldade encontrada, as comunidades evangélicas luteranas começaram a ser fundadas em diversos pontos do Sul e Sudeste brasileiro. O primeiro pastor luterano no Brasil foi Friedrich Oswald Sauerbronn. Ele chegou ao Rio de Janeiro, mais precisamente a Nova Friburgo, juntamente com mais 300 imigrantes alemães, em sua maioria luteranos. Conforme Cecchetti e Santos (2012, p. 3), “em 1866, no Estado do Paraná, a cidade de Curitiba assistiu à formação de sua primeira comunidade evangélica, sob encargo do pastor Friedrich Gaertner, que tinha como ocupação anterior a de professor”. Vale ressaltar que as comunidades que foram sendo fundadas aos poucos tinham pouca ligação entre si, eram independentes, fato que dificultava a missão dos pastores, uma vez que a eles cabia o duro trabalho de iniciar uma igreja, geralmente sem o apoio de muitas pessoas.

2.3 A IMIGRAÇÃO ESTABELECEENDO TERRITÓRIOS

No Brasil, é possível encontrar imigrantes de todas as regiões da Alemanha. Segundo Dreher (1984), no Estado do Rio Grande do Sul as primeiras comunidades se estabeleceram em São Leopoldo, em 1824, advindas de Hunsrück, Saxônia, Württemberg. Já as comunidades que se estabeleceram em Santa Cruz, Santo Ângelo, Nova Petrópolis, Teutônia e São Lourenço (1849-1857) vieram de regiões da Renânia, Pomerânea, Silésia, Saxônia, Boêmia e Westfália.

No Estado de Santa Catarina as primeiras comunidades se estabeleceram em Blumenau (1850), Brusque (1860) e Joinville (1851), provenientes de regiões da Pomerânea, Holstein, Hannover, Braunschweig, Saxônia, Bade, Oldenburgo, Renânea, Prússia e Suíça (DREHER, 1984).

No Paraná houve diversas povoações de menor porte que vieram de regiões de “Teutos do Volga, a partir de 1877/1879”. Houve também estabelecimento em regiões nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (DREHER, 1984, p. 37). Isso mostra uma grande heterogeneidade entre os grupos que aqui se estabeleceram.

Na obra “Imigração Alemã no Paraná 180 anos, 1829-2009” há relatos de pioneirismos nas regiões de Rio Negro, Curitiba e Rolândia. Os imigrantes que vieram para as terras férteis do vale do Rio Negro eram originários de Trier. No Brasil, as famílias que integravam esse grupo de imigrantes aportaram em Paranaguá, seguindo viagem por terra, fixando residência, por fim, às margens do Rio Negro (PINTO; PORTES, 2012).

Em Curitiba, os registros da presença alemã datam de 1833, quando um pioneiro ferreiro chegou à cidade. Houve casos ainda, de acordo com o autor, de “reimigração”, em que alemães de Dona Francisca (atual Joinville) vieram para Curitiba em virtude do clima, que registrava mudanças bruscas, iniciando atividades industriais nas áreas de metalurgia, gráficas e comércio (FLUCK, 2012).

Os pioneiros alemães de Rolândia procederam de três categorias distintas, sendo alemães judeus e não judeus advindos da Alemanha e alemães vindos do Sul do país, dos Estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A presença deles fez com que a cidade ficasse conhecida como cidade alemã (SCHWENGBER, 2012).

Conforme Droogers (2008), alguns imigrantes podem ter tido motivação religiosa, por pertencerem a um movimento que se opunha à unificação da Igreja

Prussiana, e quando já estabelecidos no Brasil recebiam cuidados pastorais. Porém, diante das dificuldades enfrentadas nas viagens e as distâncias percorridas, os cuidados pastorais eram mínimos. A vida religiosa dependia das iniciativas de crentes leigos, assim como da devoção pessoal, focada na bíblia, hinários e devocionários trazidos da Alemanha.

Horii (2014, p. 4), ao pesquisar sobre o poder da religiosidade sobre a constituição de grupos sociais, nos quais a religião permite descobrir a subjetividade de cada ser humano, assim como seu lugar de vivência, conclui que a religião teve grande influência na construção de comunidades e nas identidades do Oeste do Paraná. Os processos migratórios para esta região do Estado, nos moldes da “Marcha para Oeste”, ocorridos a partir de 1960, tiveram “objetivos pré-determinados através de um arquétipo realizado na cooptação de grupos específicos, designados pela influência da religiosidade sobre o lugar”.

Desse modo, a presença da igreja foi essencial. As primeiras comunidades foram moldadas nos aparatos da igreja e do Estado, tendo a igreja atuação expressiva, a partir de um trabalho voltado ao auxílio religioso, assistencial e educacional da população (HORII, 2014).

O processo de colonização estava, portanto, amparado por um sistema religioso que dispunha de argumentos para o convencimento dessa sociedade que se estabelecia em um território até então desconhecido, de modo que a Igreja vinha ao auxílio, atuando na cultura, no âmbito social, na economia e na política (HORII, 2014).

A partir da colonização tem-se a identidade de uma determinada região, de modo que “a religiosidade influenciou para o enraizamento dessa identidade que estava sendo construída”. Segundo a autora, o fenômeno religioso foi importante para a cultura e a identidade na colonização no Oeste do Paraná (HORII, 2014, p. 5).

As igrejas que fizeram parte deste processo de construção do espaço, identidade e religiosidade foram Igreja Católica, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, entre outras comunidades religiosas, como a Comunidade Evangélica Luterana Missouri Trindade, havendo aqui uma estreita relação entre colonizadora e Igreja (HORII, 2014).

Considerando o espírito religioso dos colonos e a influência de padres e de pastores, as colonizadoras mantiveram boas relações com as igrejas, garantindo o

sucesso da migração que seguiria seu rumo. Por tratar-se geralmente de filhos de colonos e por conhecerem um pouco das dificuldades enfrentadas pelos seus fiéis, recomendavam a migração para fronteiras agrícolas (HORII, 2014).

Outro aspecto que marca a identidade e religiosidade desta região é o fato de que a migração era composta geralmente por vários membros da mesma família, o que se leva a considerar os locais de destino como comunidades de pertencimento, predominando os valores passados de geração para geração (HORII, 2014).

Conforme a autora, a influência da religiosidade é observada em várias cidades da região Oeste do Paraná, a exemplo de Palotina e Missal, que tiveram seus nomes advindos da atuação da igreja nessas localidades. “À implantação de um modelo religioso sobre esses territórios, o espaço vivido por essas comunidades fortaleceu as relações no ambiente, originando uma identidade e um sentimento de pertencimento sobre esse território e ao grupo religioso envolvido” (HORII, 2014, p. 9).

2.4 COLONIZAÇÃO DO OESTE PARANAENSE

No Paraná, a colonização com imigrantes estrangeiros ocorreu somente no fim do século XIX e durante o século XX. Mais tarde, no início da República, o Estado contou com imigrantes estrangeiros e imigrantes de descendentes de europeus para seus programas de colonização (GREGORY, 2002).

De acordo com Priori (2012), pode-se dizer que o processo de ocupação da região Oeste paranaense se deu em quatro etapas, sendo a primeira decorrente da ocupação pelos índios, que se espalhavam também por todo o território do continente sul-americano. A segunda fase corresponde à atuação e presença dos padres jesuítas espanhóis, que desenvolveram várias missões pelo território. A terceira etapa data do período entre 1881 e 1930, que corresponde à introdução do sistema de Obrages, entre Foz do Iguaçu e Guaíra, cujo objetivo principal era a exploração extrativista da erva-mate e da madeira; e a quarta fase se deu pela atuação das empresas colonizadoras que efetivaram uma colonização moderna.

Segundo Rippel (2005, p. 82), a ocupação do Paraná foi dividida em três frentes pioneiras, sendo a primeira a região tida como “Paraná Tradicional”, abrangendo a área litorânea de Paranaguá, Curitiba, além de regiões do Centro-Sul

do Estado. Esta região abrigou as primeiras frentes de expansão, com atividades principalmente voltadas à pecuária, extração de erva-mate e de madeira.

A segunda região, chamada de “Norte Pioneiro”, caracteriza-se pela onda de povoamento iniciada por volta de 1940, tendo como base principalmente a agricultura, com destaque para a atividade cafeeira de São Paulo. Já a terceira, de forma subsequente à ocupação do Norte paranaense, povoou as regiões do Extremo-Oeste e do Sudoeste do Estado, sendo essencialmente formada por colonos gaúchos e catarinenses, voltados à policultura e à pecuária suína.

A partir daí, em 1853 o Paraná passou à categoria de Província do Império brasileiro, ainda que a inexistência de recursos financeiros e humanos impossibilitou a efetiva colonização do Oeste na época. Após o final da Guerra do Paraguai houve projeção de interesses e capital por parte de argentinos sobre a área em função do potencial econômico da região.

No período que sucedeu a Guerra do Paraguai, após 1889, houve várias concessões e vendas de terras realizadas pelo Estado do Paraná a empresários argentinos e paraguaios. As Companhias de Maderas del Alto Paraná e a Companhia Mate Larangeira foram alguns beneficiários dessas concessões, as quais tinham como principal objetivo a exploração e a colonização dessas áreas. Contudo, devido à falta de transporte ferroviário, não houve muito sucesso neste sentido, pois a única via de comunicação se dava através do transporte interportos no Rio Paraná (utilizando navios), o que era controlado pelos argentinos, sendo a erva-mate e a madeira os principais produtos exportados. Mais tarde, o Rio Paraná tornou-se a via natural de escoamento da erva-mate, originando nas margens paranaenses da foz do Rio Iguaçu até os saltos das Sete Quedas.

Já a migração de caráter interno ocorreu em larga escala no Paraná a partir do final da década de 1930, procedente de regiões cafeeiras de São Paulo. O que motivou os migrantes foi a busca por solos mais férteis, uma vez que houve redução na fertilidade de solos daquela região em função do manejo e cultura realizados. O mesmo ocorreu com os sulinos, migrantes descendentes de alemães e italianos, advindos dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estes pioneiros se estabeleceram no Sudoeste do Paraná, por conseguinte seguindo para o Oeste do Estado (MULLER, 1986).

Conforme relato de Vanderlinde (2017), as ondas migratórias em direção à frente agrícola que se formava no Oeste do Paraná consistiam na formação de um

espaço colonial construído nesta região do Estado, numa estratégia geopolítica nacional de ocupação de regiões fronteiriças (a marcha para o Oeste), intermediada por empresas colonizadoras do Sul do país.

Um dos fatores que contribuiu para o desenvolvimento do Oeste do Paraná foi a necessidade de madeira para atender à construção civil da já significativa urbanização brasileira e para a reconstrução da Europa, destruída pela guerra. Esta dinâmica econômica e o rápido retorno dos investimentos iniciais da exploração, da industrialização e da comercialização da madeira viabilizaram novos investimentos por parte das companhias colonizadoras, que adquiriram glebas e se estabeleceram nesta região do Estado, onde primeiro exploravam e comercializavam a madeira de valor econômico e depois vendiam a terra para os colonos que passaram a produzir excedentes agrícolas (GREGORY, 2002).

A colonização desenvolvida pela iniciativa privada superou as iniciativas promovidas pelo Estado, sendo esse sucesso atribuído à experiência adquirida ao colonizar outros lugares. Para obter êxito em seus empreendimentos imobiliários e desenvolvimento econômico das áreas a serem colonizadas, as companhias mantinham e seguiam com planejamento estratégico, levando em consideração a população, medição e demarcação das terras em propriedades pequenas, incentivo à policultura, escoamento da produção, industrialização, assistência técnica, hospitalar, espiritual e social (VANDERLINDE, 2017).

Dentre as empresas que atuaram na colonização do Oeste paranaense estão as companhias Industriais Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda (Maripá), Pinho e Terras Ltda, Industrial Agrícola Bento Gonçalves, Colonizadora Gaúcha Ltda, Colonizadora Matelândia, Colonizadora Criciúma, Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda e Colonizadora Norte do Paraná. Elas colonizaram uma área superior a dois milhões de hectares. O acordo com o Estado era que as empresas se dedicassem às atividades relacionadas à madeira, à indústria, ao comércio e à venda das terras. Dentre as companhias, a Maripá foi a que obteve maior destaque por ações sociais, empreendendo construções de casas, hotéis e estradas, não atuando apenas e exclusivamente na venda de lotes de terras (PRIORI et al., 2012).

De acordo com Priori et al. (2012 p. 83), a “Maripá fixou sede em Toledo e tomou uma série de medidas para formar diversas colônias de agricultores na região”. A companhia colonizadora dividiu as terras de modo que cada propriedade tivesse um curso de água e os compradores eram selecionados rigorosamente.

Conforme Gregory (2002), a colonização se deu pelo estabelecimento de pequenas propriedades, as quais tinham em torno de 25 a 40 hectares e eram adquiridas pelos interessados. O autor cita que após 1930 o Paraná consolidou sua economia através da exploração madeireira, que crescia em importância, constituindo-se num grande ciclo econômico, embora a erva-mate mantivesse o seu predomínio por bom tempo.

Pode-se dizer que a Maripá tornou-se o principal agente colonizador do Oeste do Paraná. O princípio de colonização que se firmou foi o de pequena propriedade² agrícola, para atender basicamente as necessidades pessoais. Segundo Colognese e Schallenberger (1994, p. 22), “o modelo de colonização adotado pela Maripá reproduzia a experiência historicamente herdada dos imigrantes alemães e italianos”. Neste modelo, a estruturação e a demarcação dos lotes respeitavam as condições básicas para integração dos habitantes nas colônias, formando núcleos no sentido de facilitar a vida comunitária e o cultivo do espírito associativista, da tradição religiosa e sociocultural.

Freitag (2007, p. 99) menciona que, assim como a colonizadora Maripá, a Companhia Pinho e Terra Ltda tinha um projeto de colonização semelhante que “priorizava uma estrutura racional de produção do espaço e o direcionamento étnico para seus habitantes”. A Companhia Pinho e Terra adquiriu uma extensão distinta da colonizadora Maripá. Esta extensão refere-se a uma área de 25.310 hectares. Nesse espaço localizam-se atualmente os municípios de Palotina, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguçu, Matelândia, Medianeira e Céu Azul.

O fato da Pinho e Terra comprar glebas descontínuas de terra fez com que o processo de investimento em infraestrutura ficasse mais caro para esta companhia, ocasionando a venda de grandes áreas de terra para outras madeireiras (FREITAG, 2007). Mesmo assim, percebe-se que tanto a Companhia Pinho e Terra quanto a Maripá foram empresas de grande importância para o desenvolvimento do Oeste do Paraná, de forma que sem a estruturação que elas ofereceram, o processo de desenvolvimento que ocorreu na região teria sido mais lento.

Desta forma, a Maripá e as demais empresas colonizadoras colonizaram a região Oeste paranaense, formando comunidades levando em consideração os aspectos cultural, social e religioso, além de ter como características o espírito

² A área de terra padrão comercializada pela Maripá, era conhecida como colônia ou aproximadamente 24 hectares.

comunitário, a cooperação e o pioneirismo (COLOGNESE; SCHALLENBERGER, 1994).

As comunidades, além de permitirem continuidade cultural devido ao fato de serem formadas basicamente por descendentes de alemães e italianos e trazerem consigo este aspecto, aproximavam os indivíduos e as famílias, integrando-os em torno de valores comuns, como a vivência da mesma fé, uma vez que estas comunidades eram formadas na grande maioria por evangélicos, constituindo-se como identidade (COLOGNESE; SCHALLENBERGER, 1994).

Com formação social recente, consideram-se todos os períodos, desde o início da colonização. Este fato, por sua vez, cria uma nova dinâmica de relações que repercute ao nível da cultura e representações religiosas, uma vez que os evangélicos luteranos do Oeste do Paraná têm tradições religiosas e comunitárias muito intensas (COLOGNESE; SCHALLENBERGER, 1994).

Por outro lado, a ocupação desta região paranaense pode ser considerada como uma estratégia política para integrar tais terras ao território brasileiro. Conforme observa Freitag (2007), tal processo de ocupação para o espaço consistiu em uma estratégia política, a qual, muito além do aproveitamento de áreas ditas vazias, originou condições necessárias para a adoção de medidas destinadas a sanear e a transformar a estrutura de uso e de apropriação da terra no Paraná naquele período. Tais medidas implicaram em novos traçados para o território, em especial aqueles devolutos ou sob a tutela de concessões estrangeiras.

De acordo com Vanderlinde (2017, p. 30), a partir de 1960, com o avanço da agricultura moderna, “o modo de vida colonial foi significativamente afetado, e a região de fronteira acabou se transformando”. Anteriormente desbravada por pioneiros, passa a ser explorada na busca do enriquecimento rápido e fácil. Segundo o autor, a modernização agrícola trouxe uma profunda crise à região. Após a construção da Hidrelétrica de Itaipu, o Oeste do Paraná mudou drasticamente com a formação do lago de Itaipu, em 1982. O fim das Sete Quedas, visto como crime ambiental, transformou a região numa “fronteira do medo” devido ao aumento da marginalidade, contrabando e narcotráfico.

O impacto da construção da Hidrelétrica de Itaipu continua tendo desdobramentos até hoje, mesmo com todos os programas sociais e iniciativas em prol do meio ambiente e da sociedade. Segundo o autor, a modernização no meio rural na região de fronteira se mantém estimulada devido ao aumento significativo de

agroindústrias, com investimentos voltados às áreas de avicultura e suinocultura, ambas intensivas.

Após a colonização, houve a “projeção de novos espaços produtivos, tais como os investimentos em atividades industriais, comerciais, prestação de serviços, organização de novas empresas e a participação em atividades políticas, religiosas, educacionais e recreativas” (VANDERLINDE, 2017, p. 24).

2.5 IECLB: HISTÓRIA E MODO DE SER

A presença de luteranos no Brasil tem sua história marcada pelo impedimento inicial da entrada de imigrantes evangélicos no país, fato este que se alterou com a chegada, em 1824, de um grupo de imigrantes alemães evangélicos, que se estabeleceu nos municípios de Nova Friburgo/Rio de Janeiro e em São Leopoldo/Rio Grande do Sul (ALTMANN; HASENACK, 2006).

Dentre os imigrantes estão alemães, suíços, holandeses, dinamarqueses, suecos, austríacos, italianos, poloneses, russos, espanhóis, portugueses e muitos outros. Junto a estes estavam muitos luteranos unidos e reformados. Mais tarde, os descendentes destes imigrantes se integrariam ao que hoje se conhece por IECLB. Uma das principais características desta igreja é a pluralidade de formas de expressão da piedade. O luteranismo é consequência de concessões e de discussões, mas também da convivência e crescimento de suas bases, no caso, as comunidades (DREHER, 1989).

Nos primórdios da presença luterana no Brasil, os imigrantes se dirigiram principalmente aos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Houve imigração de pequenas populações para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e no Espírito Santo, e com o auxílio dos pastores de São Leopoldo e do Rio de Janeiro é que se formaram as primeiras comunidades, sendo: São Leopoldo (1824), Três Forquilhas (1826) e Nova Friburgo (1984). Em Santa Catarina as comunidades foram fundadas mais tarde, sendo: Blumenau (1850) e Dona Francisca/Joinville (1851) (DREHER, 1989).

A Constituição do Império do Brasil concedia aos imigrantes protestantes liberdade religiosa com certas ressalvas, e assim, aos poucos, eles tiveram que organizar sua vida eclesial (DREHER, 1989). Os imigrantes chegaram a um país onde existia apenas a Igreja Católica-romana e havia medo de que se perdessem no

catolicismo brasileiro, uma vez que os motivos que os levaram a imigrar não foram somente de cunho religioso. Contudo, permaneceram fiéis à fé evangélica, permitindo o surgimento de comunidades evangélicas nos locais de assentamento (DREHER, 1989). A migração interna dos evangélicos pelo país proporcionou a fundação de inúmeras comunidades, as quais mantinham inicialmente a língua alemã em seus cultos e pregações.

As dificuldades encontradas nos primeiros tempos após a imigração e migração interna pelo país, resultantes de condições desfavoráveis, foram aos poucos sendo superadas. Os imigrantes e, posteriormente, seus descendentes constituíram comunidades que se caracterizaram pela ajuda mútua (ALTMANN; HASENACK, 2006). Esta característica perdeu densidade diante dos impactos provocados pelos processos de modernização.

Entre a época da chegada dos primeiros imigrantes até a formação do primeiro sínodo, as comunidades viveram um período congregacional ou em comunidades livres. As primeiras estruturas eclesiais foram descritas por Dreher (1984). Em 1868, Hermann Borchard criou o primeiro sínodo, porém o mesmo não obteve sucesso. Em 1886, Wilhelm Rotermund fundou o Sínodo Riograndense. Este período passou a ser conhecido como a era Rotermund. Posteriormente ocorreu a formação dos demais sínodos: Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados da América do Sul (1905), Associação Evangélica de Comunidades de Santa Catarina (1911) e Sínodo Brasil Central (1912).

Ainda sem nome definido, a constituição da atual IECLB teve início em 1949, a partir da junção dos quatro sínodos regionais, passando a exercer funções eclesiais em nome dos sínodos que a constituíam. Em 1954 foi denominada de "Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil". Essa designação da Federação Sinodal foi suprimida no Concílio Geral de 1968, realizado em Santo Amaro, São Paulo, tornando seu nome definitivo. Concomitante a esse momento, a IECLB também criou uma estrutura nacional, sendo estabelecida uma administração central com sede em Porto Alegre (ALTMANN; HASENACK, 2006).

Após a criação do Sínodo Riograndense, Rotermund buscava edificar, fortalecer e defender os cristãos evangélicos no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, pregando pela preservação da germanidade, aspectos estes ligados ao pensamento e à conduta do cristão luterano. Em seus contos, procurava conquistar seus leitores para a vida cristã, tanto em família quanto em sociedade. Jamais

esqueceu de acentuar em suas publicações didáticas que os imigrantes jamais devem esquecer de suas origens (DREHER, 1984).

As possibilidades do Sínodo Riograndense logo após sua fundação eram limitadas, uma vez que era constituído por uma associação de comunidades, não tinha recursos financeiros para assumir grandes projetos e não contava com contribuições por parte da comunidade em suas tarefas. O único recurso existente era proveniente das coletas feitas por ocasião dos Concílios Sinodais. As primeiras ações como sínodo se deram durante a Primeira Guerra Mundial, quando as comunidades começaram a receber contribuições, foram fundados seminários para formação de professores e assumidas escolas (DREHER, 1984).

Já os demais sínodos surgiram pela necessidade que as comunidades tinham de uma organização que viabilizasse o atendimento pastoral e a formação escolar. O surgimento destes sínodos ocorreu depois da Proclamação da República, uma vez que foi dada a liberdade de culto através da promulgação da lei que permitia a filiação de comunidades evangélicas fora da Alemanha à Igreja Territorial da Prússia (LINK, 2004).

O ano de 1968 foi de reestruturação, com a extinção dos sínodos e formação de quatro regiões eclesiais. Até a década de 1990 surgiram mais quatro regiões, as quais, por sua vez, estavam divididas em distritos eclesiais. Em 1997, a IECLB adotou uma nova estrutura, dividida em 18 sínodos. (LINK, 2004).

Os luteranos têm sua base de fé na Bíblia e creem que a salvação ocorre pela graça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo. Acreditam, ainda, na transformação da realidade social através da prática da solidariedade, do amor e da justiça (GRAF; RAMLOW, 2015).

A identidade da IECLB foi construída em meio a diversas dificuldades, mas sempre em compromisso com a fé, nos diferentes momentos e oportunidades a ela oferecidos. Assim foi no período inicial da imigração, constituição de comunidades, organização dos sínodos, superação da crise de germanidade durante a Segunda Guerra Mundial, constituição de uma igreja com caráter nacional, consciência e responsabilidade social, migração interna de luteranos e o desafio da reestruturação da igreja. Todos estes aspectos levaram a IECLB a ser como ela é (HASENACK; BOCK, 2006).

A história da IECLB tem sido de diálogo no contexto social e procura da fidelidade às suas raízes bíblicas e teológicas. Em tempos de grande transformação

no cenário religioso, incluindo aí a alternativa de muitos pelo abandono deliberado de seguimento a uma forma de religião, a IECLB tem procurado manter-se fiel e clara acerca daquilo que a define, sem deixar de perceber os sinais dos tempos que chamam à adaptação (SCHNEIDER, 2009).

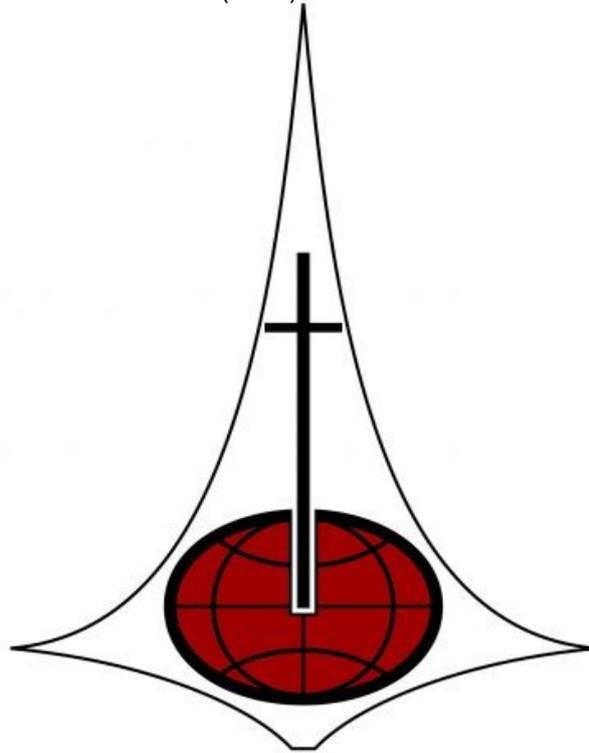
Schneider destaca que a igreja procura atuar de forma proativa e passa a oferecer-se como alternativa no contexto em que está inserida, buscando andar de mãos dadas com a sustentabilidade, preocupando-se, segundo o autor, com a manutenção da estrutura existente e com os meios que viabilizam um crescimento visível a médio e longo prazo.

Em 1972 ocorre a formulação de um documento sob o qual a igreja passa a ser organizada. Trata-se de um “guia para a atuação comunitária em fé e ação”, denominado de “Nossa Fé - Nossa Vida”, que visava despertar a consciência de ser igreja e livre para agir com responsabilidade, seja individual ou em comunidade (BURGER, 1977, p. 15).

O símbolo da IECLB foi criado inicialmente para a 5ª Assembleia da Federação Luterana Mundial, que deveria ter sido realizada em Porto Alegre (RS), em 1970, tendo como tema geral “Enviados ao Mundo”, mas que foi transferida para Evian, na França³. A partir de 1972 passou a ser o símbolo oficial da IECLB (DREHER, 2005). De acordo com o símbolo (Figura 1) que segue, a cruz colocada sobre o globo quer lembrar que Cristo é o Senhor do mundo; ele está acima de tudo e de todos, todos lhe devem obediência. A cruz vazia lembra que Cristo morreu por cada um de nós, mas está vivo e seus ensinamentos querem ser vividos no dia a dia. O globo mostra que os ensinamentos de Cristo devem ser divulgados em todos os lugares da terra; como fazemos parte desse mundo, também somos responsáveis pelo que acontece de bom e de ruim. O contorno imitando as Colunas do Palácio da Alvorada em Brasília, que envolve o globo e a cruz, aponta que a mensagem de Cristo quer ser vivida no Brasil e quer nos ajudar a enfrentar, diariamente, os problemas nacionais, sendo um marco da Igreja (PORTAL LUTERANOS, 2016).

³ A transferência da 5ª Assembleia da Federação Luterana Mundial para Evian, na França, ocorreu depois que o Governo da República Democrática Alemã se negou a dar guarida a mesma, sendo assim transferida para um local mais calmo (DREHER, 2005). A transferência da assembleia relaciona-se ao maior período de repressão durante os governos militares. Em resposta, além da transferência da assembleia, os luteranos em concílio produzem o “Manifesto de Curitiba”. Mais detalhes sobre este assunto, confira-se: (VANDERLINDE, 2004).

Figura 1. Símbolo da IECLB
Fonte: Portal Luteranos (2016)



Devido ao momento sociopolítico vivido pelo país e em função do tema do X Concílio Geral realizado em Belo Horizonte, em 1976 (Nova Comunhão em Cristo Como Vivê-la?), a igreja passa a contar com uma quinta região eclesiástica, com sede em Toledo (PR), pois os evangélicos se perguntavam como viver essa nova comunhão se dentro da Região Eclesiástica II existiam profundas diferenças socioeconômicas. Enquanto no Leste de Santa Catarina havia um surto industrial, no Oeste do Paraná e no Mato Grosso havia áreas agrárias em crescente expansão, determinando-se assim a necessidade de uma nova divisão (DREHER, 2005).

Mais tarde, diante do novo Conselho Diretor eleito em 1978 com jurisdição até 1982, as prioridades da Igreja passaram a ser: unidade na pluralidade, evangelização, contribuição proporcional, gestão indígena e reforma agrária (SCHNEIDER, 1989, p. 152).

No que se refere à unidade na pluralidade, a igreja pretendia focar teologicamente diversos assuntos de confessionalidade luterana à luz das várias tendências existentes na IECLB. Sobre a evangelização, as palavras do Conselho Diretor são de que evangelizar não é somente cuidar da espiritualidade dos fiéis, mas também de toda a problemática social que os envolve. Quanto à contribuição proporcional, buscava-se a melhor maneira para que não houvesse diferenciação no

ato da contribuição, uma vez que uma quota fixa poderia ser viável para alguns, mas inviável para outros, diante da crise econômica presente. Sobre a questão indígena, o Conselho Diretor tinha os índios como símbolo do homem que sofre, símbolo do sofrimento humano, pois pertenciam a uma classe que não tinha participação no desenvolvimento do país, sem direitos e sem voz. Em relação à reforma agrária, o Conselho presava pela justa distribuição de terras, fim do latifúndio e do minifúndio, solução dos problemas sociais devido à falta de terra, alimentação para todos, melhoria nas condições de vida, tanto nas áreas rurais como nas urbanas, e melhor utilização do território nacional (SCHNEIDER, 1989).

No que tange às questões sociais, não é de hoje que a IECLB se preocupa com tudo o que envolve a vida e as estruturas da sociedade, estruturas sócio-político-econômicas. A história ensina que a Igreja Cristã se preocupa com “suas próprias estruturas, sua própria manutenção, sua própria sobrevivência, relegando sua responsabilidade social apenas a uma espécie de assistência social”. Por outro lado, a “história ensina também que, nas mais diversas épocas, sempre houve tentativas de concretizar vivencialmente a descoberta teológica de que a vida de fé envolve todas as questões e também as estruturas”. A IECLB, através de seus concílios e seus conselhos diretores, não se omitiu de todo nas questões sociais. Para o ano de 1982 o Conselho Diretor da IECLB optou por um tema de cunho social, relacionado com uma das questões mais explosivas no país na época: a terra (MALSCHIÍZKY, 1983, p. 100).

O tema foi escolhido a partir de uma das prioridades do Conselho Diretor que era a reforma agrária, o que inspirou a formulação do tema “Terra de Deus - Terra para Todos”, a partir do versículo bíblico que diz: “ao senhor pertence a terra e tudo que nela se contém, o mundo e o eu neles habitam” - Salmo 24.1 (SCHNEIDER, 1989, p. 154).

O tema escolhido procurou abranger o problema fundiário do Brasil, a situação dos grandes e médios centros urbanos, o aspecto ecológico tendo como prioridade a reforma agrária. Entre outros assuntos, o documento alerta para as consequências do esvaziamento do campo através do êxodo rural. Em síntese, o documento final do XIII Concílio Geral propôs como caminhada da IECLB:

- 1) Ler e viver o evangelho de Jesus Cristo; 2) Promover consciência de que fé e vida são inseparáveis; 3) Promover consciência de servir; 4) Conscientização em nível pessoal e comunitário, em todos os níveis da igreja sobre: a) o problema da

terra; b) a situação do agricultor, mormente o pequeno e o sem-terra; c) a migração e suas causas; d) a necessidade de fixar o agricultor a terra e reverter o processo do êxodo rural; e) o que diz a lei sobre os direitos e deveres do agricultor; f) o uso e o trato responsável da terra; g) a necessidade de unir os pequenos; h) a necessidade de diversificar as culturas agrícolas; i) distribuição mais justa da riqueza nacional; j) a situação e formas de exploração dos assalariados; k) os dados da macrotecnologia; l) a situação e estruturação das cidades; m) uma pastoral urbana da IECLB; n) uma pastoral educacional da IECLB; o) o ambiente natural e as depredações que hoje ocorrem; p) a interdependência dos países e povos e os processos de exploração dos países ricos do Hemisfério Norte sobre os do Sul (SCHNEIDER, 1989, p. 155).

A intensidade com que foi tratado o tema “terra” foi primordial para que o assunto não permanecesse apenas nos círculos da própria Igreja, tendo aceitação no meio ecumênico nacional e internacional (SCHNEIDER, 1989).

Neste início de século a IECLB é conhecida por sua trajetória junto à sociedade brasileira, utilizando-se de pronunciamentos e encontros com diversos temas sociais. O momento vivido no país exige que ações pontuais sejam tomadas, a partir de uma análise mais abrangente. Diante do cenário nacional atual, as expectativas e desafios ficam por conta de estudos referentes à globalização, a qual tem gerado desigualdade de classes, quanto a meios de comunicação, tidos como poderosos, uma vez que impactam significativamente a sociedade devido à velocidade de transmissão e novas formas de relacionamentos entre povos e nações (CÉSAR, 2006).

Baseados na preocupação com a sociedade brasileira ao longo das últimas décadas, os concílios, o Conselho de Igreja, a presidência e os/as pastores/as sinodais manifestaram-se sobre assuntos diversos. Apresentam para a opinião pública a perspectiva evangélica de confissão luterana sobre temas da realidade atual. A exemplo, há o “Pronunciamento dos Presidentes e Representantes das Igrejas Evangélicas Históricas do Brasil sobre a Reforma Previdenciária - PEC 287/2016” (carta emitida em 23/03/2017). A igreja ainda tem se manifestado sobre assuntos como mudanças climáticas, eleições, copa do mundo entre outros, evidenciando que a IECLB está atenta e preocupada com as tomadas de decisões do Estado e as consequências para suas comunidades.

Kirchheim (2002) já percebia neste início de século que o grande desafio da IECLB para os próximos tempos seria crescer em três dimensões: na manutenção da fé, na qualidade do serviço e no número de membros. Contudo, parafraseando o autor, o principal desafio seria o de crescer de maneira sustentável.

2.6 A IECLB NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Entre os estudos feitos sobre a ocupação recente do Oeste do Paraná, destaca-se pesquisa realizada por Silvio Colognese e Ernelo Schallenberger, intitulada de Migrações e comunidades cristãs: o modo-de-ser evangélico-luterano⁴ no Oeste do Paraná, com os objetivos de relacionar a produção e as transformações da realidade social desta região do Estado com suas repercussões ao nível da cultura, principalmente sobre as representações religiosas, e a partir daí explicitar o perfil do homem e das comunidades evangélicas oestinas.

No intuito de manter a coesão das famílias migrantes, fortalecendo assim a identidade, cada vez mais as igrejas que surgiram se uniram a escolas na procura de auxílio na organização e na integração das comunidades. Igrejas e escolas juntas garantiram a evolução cultural da sociedade. Nesse contexto, Colognese e Schallenberger (1994, p. 22) afirmam que “a escola assumiu nas comunidades evangélicas um papel preponderante, uma vez que a leitura e a interpretação da Bíblia eram básicas para a sobrevivência religiosa, o que pressupunha a escolarização”.

Uma vez que a língua é uma prática social que expressa e articula as experiências do homem, a linguagem utilizada pelos imigrantes é um fator relevante e que não passa despercebido nas comunidades cristãs evangélicas, já que uma forte herança cultural dos núcleos de colonização mantém vivos elementos da tradição, costumes e religiosidades da língua. Segundo Colognese e Schallenberger (1994, p. 35), “estes elementos foram cristalizados no tempo pela tradição”.

Deste modo, nota-se que à medida que a sociedade evolui, ela leva consigo a linguagem e suas tradições. Nessa mesma linha de pensamento, Colognese e Schallenberger (1994, p. 35) citam ainda que, “nestas comunidades, percebe-se uma tendência de preservação da língua materna, ao mesmo tempo em que os fatores sociais e históricos desencadearam o desenvolvimento de uma segunda língua”. A linguagem pode ser considerada a alma de um povo ou de uma pequena comunidade; ela não deve ser desconsiderada de maneira alguma. Na região Oeste, ainda é utilizada a língua alemã como forma de comunicação entre os mais antigos.

⁴ Termo usado pelos autores para determinar evangélicos e/ou luteranos, com sentido equivalente para ambos os termos, os quais referem-se a membros da IECLB (COLOGNESE; SCHALLENBERGER, 1994).

Os autores afirmam que a preservação da língua materna e os fatores sócio-históricos desencadearam o desenvolvimento de uma segunda língua. Conseqüentemente, com o passar das gerações, cada vez mais a língua materna deixa espaço para a segunda língua. Isso, por sua vez, interfere no indivíduo, uma vez que ele não quer se desvincular de sua língua materna e não consegue se expressar com eficiência na segunda.

De acordo com Colognese e Schallenberger (1994), a maior parte dos colonizadores tinha vínculo de parentesco e vizinhança com os que aqui já habitavam. Eles comentam que uma das razões pelas quais optaram por esta região era o fato de existirem comunidades luteranas como atrativo. Desse modo, a solidariedade étnica e a identidade cultural marcada pela tradição religiosa e pela prática da mesma língua constituíram-se elementos fundamentais para o enfrentamento dos desafios que a situação do meio impunha.

Um dos fatores marcantes da cultura e da identidade era a religião exigindo das colonizadoras atenção para os aspectos religiosos, havendo uma estreita relação entre igreja e colonizadora (GREGORY; STEIN, 2012).

Os evangélicos luteranos do Oeste do Paraná foram marcados pelo processo migratório e colonizador do Sul do Brasil. Oriundos de zonas de colonização de tradição europeia, sofreram os impactos produzidos pela expansão e modernização do capitalismo na agricultura, o que provocou deslocamentos tanto em nível das representações quanto das formas concretas de produção e organização da existência (COLOGNESE; SCHALLENBERGER, 1994).

Em se tratando da colonização e fundação da IECLB no município de Marechal Cândido Rondon, objeto de estudo neste trabalho, Pawelke (2008) aponta que o serviço pastoral tem início com a colonização da firma Petry-Meier-Annes, em Sol de Maio, sendo Sol de Maio e Foz do Iguaçu as comunidades mais antigas do Oeste paranaense, uma vez que a região era de difícil acesso.

O autor ressalta que em 1966 aconteceu em Toledo a primeira Assembleia Geral Ordinária do Distrito Oeste do Paraná, com o objetivo de elaborar uma ordem de vida eclesial para todo o Oeste do Paraná, formular um memorando para ser enviado ao governo com explicações referentes ao preço baixo da carne de suíno (percebe-se nesta iniciativa uma ação social da Igreja) e eleger a diretoria do novo distrito. Posteriormente a essa data ocorreram novas assembleias com o propósito de elaborar o estatuto da igreja e organizar o "Dia da Igreja".

Pawelke (2008) também apresenta dados importantíssimos sobre a comunidade evangélica Martin Luther, de Marechal Cândido Rondon, anterior ainda à construção da igreja em Toledo. Conforme o autor, em agosto de 1951 foi realizada reunião com o intuito de fundar a comunidade Martin Luther. No ano seguinte foi eleita a direção da escola e em abril de 1960 foi escolhido o nome da comunidade Martin Luther.

A partir do final da década de 1970, a IECLB no Oeste do Paraná começou a compreender melhor o contexto sociocultural que a envolvia, uma vez que quase em sua totalidade as comunidades cristãs evangélicas eram de descendência étnica alemã, com forte bagagem cultural. Desse modo, a Igreja passou a compreender, pontuar e valorizar as questões sociais e “a assumir como sua a luta pela justiça e pela dignidade dos seus fiéis e da população no geral” (COLOGNESE; SCHALLENBERGER, 1994, p. 28).

2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capítulo discutiu a migração e a presença de comunidades luteranas no Oeste do Estado do Paraná, contemplando a formação da IECLB a partir da união de seus sínodos e o esforço despendido pela Igreja em manter a identidade luterana entre as comunidades durante seu processo de expansão, o qual tornou possível o conhecimento e entendimento desta identidade. Basicamente a Igreja Luterana se forma historicamente a partir de comunidades agrícolas, o que acabou se tornando uma marca identitária dessa igreja. Os hábitos de vida seculares acabaram se preservando ou se transformando no intuito de manter uma identidade peculiar.

O capítulo ainda observa que a religião foi um elemento constitutivo importante a manter a coesão e a segurança espiritual e cultural das comunidades. Para onde os imigrantes se dirigiam, costumavam surgir igrejas ao lado de escolas. As companhias que promoveram a colonização do Oeste do Paraná estiveram atentas às peculiaridades religiosas e culturais dos grupos-alvo do seu empreendimento. As áreas agrícolas seguiram um padrão de divisão em pequena propriedade, já adotado secularmente entre os ancestrais dos novos colonos. Por outro lado, surgiram no Oeste do Paraná núcleos predominantemente católicos e outros evangélicos ou protestantes. O imigrante se dirigia para uma região onde

poderia encontrar afinidade religiosa. Essa política das companhias colonizadoras acabou sendo muito exitosa entre os postulantes a fazer a vida no Oeste do Paraná.

As primeiras comunidades que se formaram no Oeste paranaense eram basicamente de famílias/agricultores familiares que, com muita dedicação à vida no campo, fixaram moradia na região, mantendo suas tradições culturais e religiosas, as quais ainda hoje são preservadas por inúmeras famílias. Também é possível concluir que a germanidade do Oeste do Paraná se deu em virtude destas primeiras comunidades.

Diante disso, no capítulo seguinte serão abordadas as principais dificuldades das famílias que fixaram residência nesta região, no que se refere à agricultura familiar, a qual tem passado por constantes transformações, a partir do êxodo rural, modernização agrícola e tecnológica, políticas públicas e lutas de classe. Abordou-se, ainda, a necessidade de uma agricultura sustentável, juventude no meio rural e sua importância, assim como as transformações ocorridas ao longo do tempo e a representatividade da IECLB acerca destas questões.

É Deus que envia as chuvas e os vales faz florir, os
campos cultivados de trigo faz cobrir.
Deus tudo multiplica em sua compaixão, e o ano de
fatura coroa com sua mão.
Hino 471 - Livro de Canto da IECLB

3 CAPÍTULO II - AGRICULTURA FAMILIAR, CRISE E INTERVENÇÃO DA IECLB

3.1 INTRODUÇÃO

A agricultura ou o ato de cultivar o solo, com o processo de modernização, passou de uma prática de subsistência para um modelo de uso intensificado. Uma das justificativas que se colocam para a mudança de paradigma na agricultura seria a demanda por alimentos no âmbito mundial. Evidentemente, o assunto merece uma melhor qualificação, tendo em vista os interesses econômicos que se formam a montante e a jusante das práticas agrícolas tecnificadas (VANDERLINDE, 2017). Por tratar-se de uma das principais formas de transformação do espaço geográfico, e ser uma das mais antigas práticas realizadas na história, a agricultura vem sendo constantemente estudada, a fim de que o impacto gerado pela exploração dos recursos naturais não comprometa o ambiente onde a prática agrícola é desenvolvida.

Apesar de o modelo agrícola convencional⁵, como é chamada a agricultura moderna⁶, ter proporcionado aumentos significativos de produtividade dos cultivos e formado sistemas rentáveis, ocasionou uma série de problemas ecológicos e socioambientais, sejam eles: dependência crescente de combustíveis fósseis, degradação dos recursos naturais, contaminação de alimentos e meio ambiente e uso crescente de agrotóxicos e fertilizantes químicos, gerando impacto negativo sobre a saúde dos agricultores e dos consumidores, entre inúmeros outros fatores (ABREU et al., 2012).

Grupos de pesquisadores têm se preocupado por uma sustentabilidade na agricultura, a fim de que respeite o meio ambiente, com o intuito de ser economicamente viável. De acordo com Motta e Mendonça (2005), é necessário que haja gestão e conservação dos recursos naturais, ou seja, produzir sem exceder a capacidade de suporte e regeneração do ambiente natural, de forma a garantir a

⁵ Agricultura convencional é uma prática que se utiliza de implementos agrícolas, maquinários, espécies de plantas modificadas geneticamente, intensivos como os agrotóxicos, para que haja um aumento significativo de produção.

⁶ Pode-se dizer que a modernização agrícola nada mais é que um ramo capitalista que tende a beneficiar determinados produtos e produtores, principalmente a monocultura, tornando a agricultura uma atividade empresarial, possibilitando a entrada de indústrias de máquinas e insumos modernos (MOTTA; MENDONÇA, 2005).

sustentabilidade presente nos sistemas ambientais, assim como às gerações futuras a capacidade de suprir as necessidades de produção e qualidade de vida no planeta.

Diante do aumento populacional dos últimos anos, tem-se uma preocupação constante quanto aos sistemas de produção. O meio rural sempre foi a atividade econômica de maior importância para a constituição e manutenção das sociedades. No entanto, com o advento da industrialização e da modernização, essa concepção foi gradativamente se alterando, sendo que cada vez menos as cidades dependem do campo e cada vez mais o campo depende das cidades.

O processo de modernização da agricultura no Brasil afetou profundamente a vida dos agricultores familiares. O que prova este fato é o êxodo rural⁷, movimento por meio do qual vastas populações rurais migraram para centros urbanos, seja em busca de melhores condições de vida, trabalho, saúde, educação e/ou infraestrutura.

Em vista da crise de modernização agrícola, a IECLB cria o CAPA, ao final dos anos de 1970. Inicialmente a entidade era caracterizada como a materialização de um serviço eclesial da Igreja Luterana, preocupada com as problemáticas dos pequenos agricultores no Sul do Brasil, trabalhando sempre sem aceitação de credo (VANDERLINDE, 2013). Posteriormente se aprimora e se integra aos demais grupos que desenvolvem um tipo de agricultura alternativa.

No momento da criação do CAPA, e apesar do êxodo rural, metade dos membros da IECLB, igreja que tem sua história marcada pela trajetória dos pequenos agricultores, vivia em áreas rurais, enquanto que a realidade demográfica brasileira apontava para uma crescente concentração da população em zonas urbanas (VANDERLINDE, 2005).

Com todas as transformações decorrentes da modernização agrícola, conseguinte ao êxodo rural, o papel da Igreja passa por alterações quanto à forma de se trabalhar junto aos seus membros da comunidade rural, buscando sempre por melhorias junto a estas categorias. Diante disso, o objetivo do capítulo é discutir o papel da agricultura familiar no âmbito do trabalho social da IECLB.

⁷ Termo utilizado para caracterizar a intensa migração do campo em direção às cidades, apontada como ato de caráter individual, estando associada a atores como a modernização e mecanização da agricultura, que dispensou mão de obra, provocando elevação da produtividade devido às técnicas modernas de cultivo (MARIM, 2005).

3.2 REFORMA AGRÁRIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

A reforma agrária⁸ no Brasil sempre foi um tema polêmico desde os primeiros debates, com diferentes ideias expressas por diversos sujeitos. Atualmente a polêmica persiste, pois, de um lado, “postam-se aqueles para os quais não há mais sentido prático numa política de reforma agrária e, de outro, diferentes agências, que têm a reforma em seu horizonte, debruçam-se sobre a questão, embora de forma nada consensual”. A reforma agrária sempre sintetizou o anseio de camadas significativas da população rural brasileira, podendo ser entendida empiricamente como a demanda diretamente resultante das distintas formas de luta pela terra empreendida por diferentes sujeitos, em variados contextos regionais do país, assim como também diversas ações públicas voltadas ao atendimento das demandas por melhoria das condições de vida no campo (BARONE; FERRANTE, 2017, p. 24).

A construção teórica e política da “questão agrária” no pensamento econômico ocorreu de maneira mais sistemática nos anos 1960, quando se perseguiu na política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado e ainda a estimulação da adoção de pacotes tecnológicos (DELGADO, 2001).

Na passagem do período de crise agrária percebe-se grande evidência na liberalidade da política de crédito rural, na prodigalidade dos incentivos fiscais e no aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas de fomento produtivo e comercial, de modo que houve no período aumento significativo nos indicadores técnicos de modernização agropecuária, ampliação da produção e sua diversificação, além de significativa alteração no padrão técnico do setor rural (DELGADO, 2001).

A partir de 1964, teve início uma mudança importante, com reflexos poderosos na condução da política macroeconômica. Tendo o combate à inflação definido como meta prioritária, o modelo de desenvolvimento baseado na industrialização via substituição de importações foi mantido na agenda do novo

⁸ Reforma agrária: conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando à modificação da estrutura fundiária ou de um país todo. É feita através de mudanças de distribuição da propriedade e/ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território (UMBELINO, 2005).

governo com duas alterações básicas: maior abertura para o capital estrangeiro e ênfase maior no aumento e diversificação das exportações (COELHO et al., 2001).

Posteriormente, em 1965, ocorreram mudanças no setor agrícola, antes visto como mero coadjuvante do processo. Quando a inflação começou a fugir de controle e a capacidade de importar atingiu níveis críticos, os estruturalistas passaram a ver a rigidez estrutural da oferta agrícola como a principal causa da elevação dos preços e os ortodoxos começaram a enxergar a agricultura como um grande potencial para alavancar e diversificar as exportações por meio de um ambicioso programa de modernização. Em vista disso, teve início o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através da lei 4.829, de 5/11/65, e o decreto-lei 57.391, de 7/12/65, que reformulou a Política de Garantia de Preços Mínimos, continuando nos anos posteriores com a ampliação dos estímulos à pesquisa agropecuária, por meio da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), à extensão rural, por meio da criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e a vários outros programas independentes (COELHO et al., 2001).

Os objetivos do SNCR eram financiar parcela do capital de giro à produção e comercialização de produtos agrícolas, estimular a formação de capital, acelerar a adoção e tecnologia moderna e beneficiar especialmente pequenos e médios produtores (COELHO et al., 2001).

Assim, a modernização do espaço agrícola passou a ser o carro-chefe das políticas oficiais nos mais diferentes setores da economia brasileira. Na década de 1970, os avanços alteraram profundamente o panorama da sociedade, mudando o perfil de diversos setores produtivos, através da injeção de capital financeiro e tecnológico, e influenciando substancialmente nos processos de desconstrução e reconstrução social e cultural (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2005).

Na agricultura, as políticas de modernização iniciadas pelos governos populistas e continuadas no regime militar afetaram as pequenas e médias propriedades rurais, uma vez que a agricultura comercial modernizada e dependente, concebida a partir de políticas que forjaram o modelo agroexportador brasileiro, promoveu um processo de concentração de capital e da propriedade no meio rural, provocando a descapitalização e a exclusão social do pequeno agricultor familiar (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2005). Segundo os autores, a modernização agrícola se desenvolveu em três etapas na região Oeste do Paraná, sendo a fase extrativa (da erva-mate e da madeira) e de subsistência familiar, a fase

de consolidação da economia agrícola de exportação e a fase de diversidade da base agrícola e de agroindustrialização.

Como consequência do processo da modernização agrícola, Balsan (2006) aponta que, além da acirrada concorrência no que diz respeito à produção, foram intensos os efeitos sociais e econômicos sofridos pela população envolvida com atividades rurais. Isso leva à reflexão sobre as tendências do novo modelo de agricultura, que requer um olhar realista, pois, ao mesmo tempo em que tem colocado uma classe da sociedade com o que há de mais moderno em se tratando de agricultura e pecuária, contraditoriamente, deixa outra, como os agricultores familiares, ou seja, a maioria dos produtores rurais, cada vez mais distante de tais inovações.

Esta categoria, que se apresenta cada vez mais próxima do limite de sobrevivência, tem merecido maior preocupação por parte das políticas governamentais, tendo em vista o desenvolvimento local sustentável. Entretanto, é um desafio buscá-lo, quando muitos agricultores familiares são privados até mesmo das condições dignas de sobrevivência (BALSAN, 2006).

Estudos sobre os aspectos negativos da intensificação da agricultura, principalmente no que tange à utilização de agrotóxicos, ganham destaque quanto ao nível de alcance e sensibilização na obra de Rachel Carson, intitulada Primavera Silenciosa. No capítulo 3, que trata dos Elixires da Morte, a autora comenta que devido à grande utilização de pesticidas todos estamos sujeitos ao contato com essas substâncias, seja ao nascer ou no decorrer da vida, destacando os males que elas podem causar à vida, tanto do solo, água e ar, através da contaminação desses ambientes, de animais e humanos (CARSON, 1962).

Portanto, a modernização da agricultura, as novas tecnologias de sementes e a crescente industrialização de produtos nocivos ao meio ambiente, como inseticidas, fungicidas e outros defensivos, levaram a um aumento considerável da produção de grãos, enquanto a natureza se desfazia a partir de intensos desmatamentos, contaminação de lençóis freáticos, intoxicação de animais e desenvolvimento de organismos tolerantes a doses cada vez mais nocivas de agrotóxicos. Desse modo, nos países desenvolvidos, os agricultores, que já eram relativamente produtivos, beneficiaram-se ainda mais de políticas de apoio ao progresso agrícola, podendo, assim, investir e progredir ao máximo (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Fazendo uso intensivo de maquinários e de implementos agrícolas, a agricultura moderna toma outros rumos. Com produção potencializada, passa a explorar cada vez mais os recursos naturais, sem pensar no meio ambiente como um recurso escasso. Conseqüentemente a esta exploração, a degradação dos solos é eminente, fazendo-se necessária a reformulação do pensamento quanto aos sistemas produtivos adotados atualmente.

Com o passar dos anos esse modelo predatório começou a ser questionado por parte da população, uma vez que, diga-se, “a gente é o que come”. Críticos buscaram ter uma vida mais saudável e a partir daí se tem uma considerável procura por produtos de origem agroecológica ou orgânica, produzidos em um sistema com o mínimo de insumos possíveis e sem a utilização de químicos. Essas alterações no modelo de alimentação brasileira vêm beneficiando cada vez mais a agricultura familiar, servindo de incentivo para utilização de técnicas que não degradem o meio ambiente.

Em constante adaptação às novas tecnologias agrícolas, a agricultura familiar tem se esforçado cada vez mais em reduzir a dependência do mercado de insumos externos à unidade produtiva, com vistas à redução de custos e ao melhor aproveitamento dos recursos naturais. Permite-se, assim, a introdução de novas atividades que utilizam mais os recursos internos, visando uma produção ambientalmente mais adequada, com a introdução de práticas de cooperação e diversificação de produtos, permitindo a busca de economias com maior controle sobre os processos de trabalho (MAIA; RIELD, 2017).

3.3 AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA

A emergência da agricultura familiar⁹ e dos agricultores familiares como personagens políticos é recente na história do Brasil, mas ganhou destaque especialmente nas duas últimas décadas, devido à ocorrência de um processo complexo de construção da categoria, enquanto modelo de produção e como identidade de grupos de agricultores (PICOLOTTO, 2015).

⁹ A condição fundamental para a distinção dessa categoria corresponde à agregação de um amplo e diferenciado conjunto de produtores, cuja atividade produtiva e gestão do estabelecimento tomam por base a vinculação dos membros da família (NEVES, 2005).

Nesse momento se tem um resgate da importância dessa categoria, concomitantemente à recuperação do rural no pensamento social contemporâneo. Indiferente às formações sociais ou às evoluções históricas, a exploração agrícola é sempre assegurada por explorações onde há a participação da família na produção (STROPASOLAS, 2006).

O ápice do desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil faz retornar à década de 1990, quando começam a ser registradas as primeiras políticas públicas voltadas ao fortalecimento da classe. Neste sentido, destaca-se a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA¹⁰), como resultado das reivindicações dos próprios trabalhadores rurais.

O Pronaf entende como agricultura familiar o modelo de agricultura no qual gestão e trabalho estão intrinsecamente ligados, sendo o proprietário (no caso a família) o responsável direto pelo processo produtivo, podendo ter este trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado.

Assim como o Pronaf, existem outros programas que beneficiam a agricultura familiar, sendo atualmente muito utilizado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este oferece alimentação escolar e educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas de ensino da educação básica pública; o crédito é repassado pelo governo federal a Estados, municípios e escolas federais (FNDE, 2018). Já o PAA, segundo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2018), é uma ação do governo federal com vistas a colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. O programa se utiliza da comercialização direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção, favorecendo a economia local.

O termo agricultura familiar tem sido alvo de estudos e debates político-sociais, porém, mesmo assim, seu conceito ainda não possui uma definição clara. Principalmente no meio acadêmico, diferentes autores buscam trabalhá-lo de uma

¹⁰ Atualmente o MDA é um órgão extinto, fato que é considerado um retrocesso para o desenvolvimento agrário e agrícola do Brasil, pois o mesmo atuou na prática da promoção do desenvolvimento rural sustentável e na defesa dos agricultores e agricultoras familiares. De acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, sua extinção terá expressiva relevância e “impacto na economia, no modo de produção e na redução das desigualdades de renda, gênero, geração e etnia, inclusive nas desigualdades regionais do país” (CONDRAF, 2016, p. 1).

forma mais detalhada, destacando as diferentes visões sobre a sua origem (SANTOS et al., 2009).

Embora alguns termos sejam mais amplamente aceitos que outros, é considerado pequeno agricultor no Brasil aquele que tem unidades produtivas de até quatro módulos fiscais, diferente de outros países, que têm a agricultura familiar como um modelo produtivo seja de pequeno ou de grande produtor. Ou seja, se produzir em menor ou maior quantidade, continuará sendo agricultor familiar, uma vez que utiliza do trabalho familiar para o desenvolvimento de tal agricultura. Pode-se dizer, portanto, que cada país tem uma definição e para a compreensão do universo que é a agricultura familiar são necessárias atenção e pesquisa.

Conforme Abramovay (1992) existem diferentes tipos de agriculturas e dentre estas a agricultura familiar possui distintos significados, sendo, muitas vezes, confundida em décadas passadas como agricultura de pequena produção, agricultura de subsistência, agricultura de pequeno porte e como produção de baixa renda.

O termo “pequena produção” (ou “pequeno produtor”), por sua vez, começou a se delinear a partir dos anos 70, ligado a dois tipos de processos: o de transformações políticas do Estado brasileiro, implicando, entre outras coisas, na desarticulação de vários grupos e de movimentos organizados; e o de “conformação de um modelo de desenvolvimento assentado em políticas de cunho modernizante e que, em termos da agropecuária, traduziu-se no que se convencionou identificar como ‘modernização conservadora’” (PORTO; SIQUEIRA, 1994, p. 79).

Já a expressão “agricultura familiar” começa a ser utilizada a partir dos anos 80 para caracterizar a produção assentada no trabalho familiar, ao mesmo tempo moderna e integrada aos circuitos comerciais e industriais. Na sociedade moderna, multiplicam-se formas de agricultura familiar, que tentam se adaptar a esse novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna (WANDERLEY, 1999, p. 35).

Vários autores conceituam a agricultura familiar como algo que demonstra diversidade. Corrêa e Finatto (2009, p. 5) a descrevem como “um termo genérico e que pode representar inúmeras possibilidades de organizações produtivas que têm a família como principal fornecedor de força de trabalho”.

Cremonese e Schallenberger (2005) observam que o modelo familiar de produção pode ser caracterizado como aquele em que a direção do processo

produtivo está assegurada diretamente ao proprietário da terra, onde a própria força de trabalho e a gestão da propriedade estão a cargo da mesma pessoa ou do mesmo núcleo familiar. Ou seja, considera-se que os agricultores familiares são proprietários dos meios de produção e a mão de obra utilizada vem da sua própria família, sendo o número de trabalhadores contratados, permanentes e temporários, baixo ou nulo. A produção é destinada, em grande parte, à subsistência da família e apenas a parte excedente é comercializada (SILVA, 2010).

Dessa forma, a agricultura familiar, ou a unidade de produção agrícola familiar, é distinta de outros empreendimentos familiares, tendo como principal fator a estabilidade (BAIARDI; ALENCAR, 2015).

Na pequena propriedade existe diversificação da produção de alimentos, o que faz com que a economia familiar seja obtida durante todo o ano em função da produção, processamento e revenda desses produtos. Torna-se, muitas vezes, indispensável a utilização de técnicas “modernas” de lidar com a lavoura ou pecuária (fator este dependente da atividade exercida na propriedade), levando à contratação de mão de obra especializada ou até mesmo a compra de implementos agrícolas modernos.

No entanto, essas “melhorias” ocasionaram problemas como a redução da necessidade de força de trabalho ocupada no meio rural, além de complicações ambientais, devido ao risco de desgaste dos recursos naturais, e econômicas, marcadas pela superprodução e concentração nas áreas favorecidas pelas trocas comerciais (ZONIN, 2007).

Como muitos agricultores não se adaptaram às novas imposições do mercado, ou foram obrigados a buscar outra fonte de renda longe do campo, ou se adaptaram e se aventuraram a permanecer, tiveram que criar novas estratégias de produção, mantendo as características principais da agricultura familiar. O foco desta atividade está na diversidade de organização que ela proporciona. “Para entender a organização da produção familiar, é necessário considerar que a diferenciação social entre os produtores familiares é fruto do desenvolvimento de uma agricultura moderna” (COSTA; RIBEIRO; SALAMONI, 2009, p. 2). Nesse contexto, “é indispensável, ainda, que seja despertada nos produtores familiares uma visão holística de sua atividade”, a qual deve responder as dúvidas sobre o que produzir, como produzir e para quem produzir.

Finatto e Salamoni (2008) afirmam que o segmento da agricultura familiar se apresenta bastante diversificado, estando presente nas várias estruturas agrárias. Há muitos estudos que buscam aprofundar o conhecimento acerca da produção familiar na agricultura, com questionamentos referentes ao seu destino, desenvolvimento e sua adaptação ao sistema de mercado. Para estes autores, faz-se necessária uma análise em cada espaço, situação e tempo do segmento, uma vez que o mesmo se reproduz de maneiras diversas devido à diversidade de estratégias que o agricultor encontra para permanecer no campo. Destacam, ainda, que a agricultura familiar persiste até os dias de hoje evidenciada na significativa quantidade de mão de obra relativa à família empregada no campo e à diversidade em quantidade e qualidade de produtos oferecidos para atender as demandas do mercado consumidor interno e externo. Concluem o pensamento dizendo que “os agricultores familiares são considerados essenciais para a produção de alimentos tanto da população rural quanto urbana” (FINATTO; SALAMONI, 2008, p. 200).

Melhorar a alocação de recursos, reduzir as flutuações na renda e garantir segurança alimentar são as principais razões econômicas para a existência de uma política agrícola voltada à agricultura familiar. A garantia de segurança alimentar tem sido usada em larga escala como justificativa para a utilização de alguns instrumentos de política agrícola, assim como a manutenção do emprego no campo, poder de compra da população rural, etc. (COELHO et al., 2001).

Em se tratando da agricultura moderna e do uso intensivo de práticas agrícolas, eram necessários estudos que reportassem as consequências desse modelo. Pesquisas surgem já no início da década de 80, quando se estabelece que máquinas e implementos agrícolas contribuem para acelerar processos erosivos dos solos e para o desequilíbrio dos ecossistemas agrários. Tais situações geram críticas sobre a modernização da agricultura, poluição ambiental provocada pelo uso dos agrotóxicos e prática de outras atividades potencialmente poluidoras, como a suinocultura, as quais levam a uma análise e posterior necessidade de uma política ambiental (BRANDENBURG, 2005).

Mais tarde, na mesma década, surgem as primeiras falas de uma agricultura alternativa, em detrimento da procura de uma agricultura que impactasse menos o meio ambiente, mesmo que esta não apresentasse perspectivas viáveis sob o ponto de vista socioeconômico em função da superioridade técnica do padrão da agricultura moderna (BRANDENBURG, 2005).

A partir da ECO-92¹¹, a agricultura alternativa volta a estar em evidência e passam a ser estudados modelos de agriculturas sustentáveis, ou seja, uma agricultura de insumos reduzidos, alternativa, regenerativa, biológica, orgânica ou ecológica, entre outras (BRANDENBURG, 2005).

São pioneiros na “construção de uma nova agricultura” os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com a utilização de um novo padrão não convencional de produção agrícola e grandes iniciativas relacionadas ao desenvolvimento de uma agricultura sustentável, mais ecológica, como, por exemplo, o plantio direto, com origem no Paraná. Eis que então a agroecologia passa a ser vista como parte de novos caminhos para a agricultura (BRANDENBURG, 2005).

Diante das mudanças sociais e ambientais que vêm ocorrendo ao longo do tempo, surge o processo de transição agroecológica, ou seja, de “agriculturas ecológicas” entre as quais a agricultura familiar pode ser inserida, apontando para mudanças técnicas, sociais, políticas e institucionais na produção, organização e consumo de alimentos, que devem compreender o rural enquanto espaço e ator de reconstrução socioambiental das relações homem-natureza e não somente como espaço para fins produtivos (ZONIN, 2007).

De acordo com o autor, no Sul do Brasil este processo de mudanças estabeleceu suas raízes a partir da década de 1970. No Paraná fixou-se somente a partir da década de 1980, com o surgimento das primeiras experiências agroecológicas.

Essa mudança de paradigma e da busca de hábitos mais saudáveis de alimentação teve início a partir do século XX, com as contradições da agricultura e do desenvolvimento rural. O período ficou marcado pelo avanço do desenvolvimento científico e tecnológico, o qual conferiu à humanidade maior poder de transformação do meio ambiente e acúmulo de escolas de agriculturas de base ecológica (ZONIN, 2007).

Em função dos benefícios que traz a junção da agricultura e da ecologia, que vão desde a redução de custos até o aumento de produtividade, favorecendo tanto agricultor como o ambiente, há hoje um crescente interesse no estudo das

¹¹ ECO-92: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, organizada pelas Nações Unidas e realizada no ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. Reuniu chefes de Estado com o objetivo de debater os problemas ambientais mundiais. Vários documentos importantes surgiram a partir deste evento, como, por exemplo, a Agenda 21.

agriculturas alternativas, uma vez que existe o desafio de alimentar milhões de pessoas e, ao mesmo tempo, preservar o ambiente de cultivo.

Os movimentos de uma agricultura alternativa à agricultura convencional, que se caracteriza pelo uso de insumos agrícolas industrializados, da dissipação do conhecimento tradicional e da deterioração da base social de produção de alimentos, têm tido um reconhecimento cada vez maior (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Há diversos trabalhos que analisam a passagem desses movimentos. Zonin (2007) estudou a transformação agroecológica, modalidades e estágios dessa transição na Região Metropolitana de Curitiba, por meio de uma abordagem socioambiental e interdisciplinar. Conforme o autor, para compreender a diversidade de agriculturas ecológicas existentes é necessário estudá-las. Desta forma, cita breves considerações sobre suas origens, locais, influências e contribuições para a atualidade. De acordo com Zonin, o movimento biodinâmico (agricultura biodinâmica) foi pioneiro das AE's¹². Ele se deu com o objetivo da difusão da ideia de que as propriedades agrícolas deveriam ser entendidas como um organismo, havendo uma avaliação individual das propriedades que fizessem o uso de práticas conservacionistas (ZONIN, 2007).

Outra forma de AE's é a agricultura orgânica, por meio da qual por muitos anos foram realizados estudos de observação de métodos tradicionais, de camponeses que utilizavam adubações preparadas com excrementos de animais, restos de culturas, cinzas e ervas daninhas. Essas pesquisas resultavam em rendimentos menores, porém constantes. Atualmente, há grande interesse econômico em torno da agricultura orgânica. A diferenciação na comercialização levou à necessidade de certificação e definição legal de normas mínimas para que um produto pudesse ser comercializado como orgânico (ZONIN, 2007).

Da evolução do movimento biodinâmico surge a agricultura biológica. Neste caso, a propriedade agrícola deve ser vista como uma região, a qual interage com propriedades vizinhas. Estudiosos como Claude Aubert divulgaram a essência da agricultura biológica, por meio da qual a saúde das plantas e dos alimentos se dá concomitantemente à preservação da saúde dos solos, baseando-se no tripé manejo dos solos, fertilização e rotação de culturas. Consequentemente ao uso dessas

¹² AE's: sigla utilizada pelo autor para expressar as agriculturas agroecológicas.

práticas, as plantas eram mais saudáveis, diminuindo a necessidade de uso de intensivos agrícolas (ZONIN, 2007).

Por outro lado, a agricultura natural (NA) surgiu no Japão, com a fundação de uma religião que defendia que a purificação do espírito devia ser acompanhada pela purificação do corpo, havendo a necessidade de evitar o consumo de produtos tratados com substâncias tóxicas. A agricultura natural diferenciava-se das demais correntes pela reticente aceitação do uso de matéria orgânica de origem animal; pregava que os excrementos de animais podiam conter impurezas, tornando-os impuros, e como alternativa impulsionava o uso de técnicas de compostagem de vegetais (ZONIN, 2007).

O movimento da permacultura, por sua vez, propôs um modo novo de enfocar a agricultura, utilizando a natureza como modelo. Sendo uma forma de integrar os homens e o meio ambiente, esse movimento foi inicialmente pensado com o propósito de reverter a degradação socioambiental do campo causada pela agricultura tradicional. A ideia principal é o aproveitamento do que provém da natureza e reciclagem de tudo o que se pode, pelo bem de todos. A permacultura é extremamente abrangente, pois utiliza todas as ferramentas que possam contribuir de alguma forma com um ambiente ecologicamente correto (ZONIN, 2007).

Já a proposta da chamada agricultura regenerativa visa à regeneração e à manutenção não apenas das culturas, mas de todo o sistema de produção alimentar, incluindo as comunidades rurais e os consumidores (ZONIN, 2007).

No encontro de todas estas formas de agricultura emerge a agroecologia, vista de forma multidisciplinar, que estuda a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica. Ela surge como forma de estabelecer uma base teórica do funcionamento dos agroecossistemas, preservando e ampliando sua biodiversidade para produzir autorregulação e sustentabilidade (ZONIN, 2007).

Embora os problemas existissem desde a modernização intensiva na agricultura, apenas recentemente as crises ambiental, alimentar, econômica, climática e social têm se manifestado como a face de uma mesma moeda, impondo uma mudança urgente na forma de pensar, atuar e pesquisar (ABREU et al., 2012).

Para tanto, é preciso uma modificação do pensamento simplista para um pensamento complexo, que permita-nos enfrentar o desafio ambiental. As agriculturas tidas como alternativas ao modelo convencional são consideradas como de potencial para contribuir e enfrentar esses desafios, pois estão intrinsecamente

relacionadas à segurança alimentar e à preservação do meio ambiente. A agroecologia se refere à ecologia e questiona o modelo tecnológico implantado durante o século XX. Sustenta seus princípios na ecologia, privilegia as dimensões agrônômica e ecológica, as dimensões sociológicas e política e representa um novo campo de conhecimento de apoio ao processo de transição em direção à sustentabilidade (ABREU et al., 2012).

Nesse sentido, a agroecologia pode ser mais ou menos sustentável quando é capaz de atender, de maneira integrada, os princípios que seguem: baixa dependência de inputs externos e reciclagem interna, uso de recursos naturais renováveis localmente, mínimo de impacto adverso ao meio ambiente, manutenção em longo prazo da capacidade produtiva, preservação da diversidade biológica e cultural, utilização do conhecimento e da cultura da população local e satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda (ABREU et al., 2012).

É nesta linha de pensamento que o CAPA vem buscando atuar, em conjunto com agricultores familiares, tendo como base os princípios da agroecologia e da cooperação, acompanhando pequenos agricultores/familiares a desenvolver e compartilhar experiências desde a produção, beneficiamento, industrialização e comercialização de seus produtos. O CAPA também tem incentivado a formação e capacitação de agricultores, pensando sempre na saúde e na sustentabilidade da comunidade, e transmitido o ideário de que o meio rural pode ser um espaço de vida saudável e de realização econômica para todos que dele vivem.

3.4 SUCESSÃO FAMILIAR E ÊXODO RURAL

A sucessão familiar na agricultura tem estado na pauta de discussões relacionadas ao campo, seja a partir de debates informais ou até mesmo em pesquisas no meio acadêmico. O objetivo central é compreender as dificuldades em torno do assunto, uma vez que a permanência dos jovens no campo e a gestão ou transição nas propriedades agrícolas são de importância social e econômica.

A transferência de gestão na propriedade leva em consideração, além do patrimônio material, o patrimônio sociocultural e histórico, herança esta que é transferida por gerações, considerando as tradições locais, os hábitos e as características culturais (BREITENBACH, 2017).

A sucessão da gestão da agricultura familiar torna-se um fator determinante, já que a categoria, ao longo dos anos, vem apresentando e se adaptando a diversas mudanças estruturais. A principal característica que demonstra a “força” que tem está em se manter firme em um ambiente extremamente competitivo, a partir da inserção de novas tecnologias produtivas de longa escala.

O processo de sucessão familiar sempre ocorreu de forma natural, mas hoje necessita de outros motivos para se concretizar e se manter, pois nem sempre os jovens que residem no campo querem dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos pais.

Quando se fala em sucessão familiar na agricultura entende-se que esta implica numa socialização prévia na atividade, iniciada durante a infância, ou seja, a um aprendizado desde pequeno. Assim, a sucessão pode ser vista quando um membro da geração mais nova herda a propriedade e os membros da geração anterior passam por um processo de substituição do chefe do estabelecimento e chefe da família, que pode ser mais ou menos longo, conflitivo ou cooperativo, dependendo de cada família (BRUMER; ANJOS, 2008).

As dificuldades enfrentadas nas propriedades rurais, especialmente as de natureza familiar, estão relacionadas à sucessão familiar. O agricultor não consegue mais influenciar seus filhos para dar continuidade à atividade agrícola. Com isso, acentua-se o êxodo rural, além de aumentar os problemas que afetam as cidades devido aos constantes processos de migrações. Os jovens que migram para as cidades são atraídos pelas ofertas de trabalho, estudo e tudo o que os grandes centros oferecem. Assim, partem em busca de uma melhor condição de vida e deixam de se preparar para dar continuidade às atividades da propriedade rural (FACCIN; SCHMIDT, 2013). Conforme Lodi (1987, p. 87), “a sucessão em uma empresa familiar começa muitos anos antes, quando os filhos ainda são pequenos, e deve ser conduzida com muita habilidade pelo patriarca enquanto ainda detém o poder e está em plena saúde mental e física”.

A sucessão é baseada no ciclo da vida familiar em quatro estágios: Inicial, em que as crianças dedicam seu tempo aos estudos e iniciam os trabalhos na propriedade sob a supervisão dos pais; Segundo: quando se intensifica a participação das crianças no trabalho; Terceiro: quando são delegadas responsabilidades em termos técnicos e métodos produtivos; e, por último, quando o

pai se retira da administração da propriedade e transfere o patrimônio para a geração seguinte (BURTON; WALFORD, 2005).

De acordo com sua própria realidade, os camponeses e agricultores de épocas distantes desenvolviam uma agricultura voltada preponderantemente à família, na qual os sistemas e meios usados eram diversificados e seu propósito era a satisfação das necessidades básicas (OLIVEIRA; FLECK; BECKER, 2011). Segundo os autores, a política de modernização da agricultura, juntamente com a integração ao mercado, fez com que se reorientassem os sistemas produtivos, beneficiando os grandes produtores e restringindo o pequeno agricultor, conseqüentemente havendo o êxodo e problemas na sucessão familiar no ambiente rural.

Como já pontuado, o problema da sucessão familiar está conectado ao êxodo rural. Evangelista e Carvalho (2001) definem o êxodo rural como “uma aceleração da migração rural-urbana, podendo caracterizar um processo de expulsão, quando há conflito em torno da posse da terra (estrutura fundiária muito concentrada) e catástrofes climáticas como secas e enchentes”. Todavia, é notório considerar os processos de modernização que ocorreram no campo brasileiro a partir dos anos de 1960.

Os principais motivos que levam ao êxodo rural estão relacionados à busca de empregos com boa remuneração, à mecanização da produção rural, à fuga de desastres naturais, à qualidade de ensino e à necessidade de infraestrutura e serviços, principalmente em saúde. Este fenômeno, na maioria das vezes, provoca problemas sociais, pois muitas cidades que recebem grande quantidade de migrantes não estão preparadas para tal; empregos são insuficientes e muitos migrantes partem para o mercado de trabalho informal e passam a residir em habitações precárias. Além do mais, os municípios rurais também são afetados pelo êxodo rural, considerando que a diminuição da população local e da arrecadação de impostos compromete a produção agrícola, podendo levar esses locais à falência ou a deixarem de existir.

Fato como este pode ser visto ainda nos dias atuais no Oeste do Paraná, onde diversas comunidades luteranas foram extintas com a redução em massa de

sua membresia em decorrência do êxodo rural, assim como em função da migração dos membros para outras regiões ou ainda outras comunidades¹³.

De acordo com Priori et al. (2012), por volta de 1960 já era evidente o desafio da sociedade brasileira diante da urgência em reestruturar mecanismos administrativos, políticos, fiscais e agrários, uma vez que a eminente concentração da propriedade fundiária e as condições de trabalho precárias no campo, principalmente em relação ao baixo índice de assalariamento, associadas a uma base técnica que deixava a desejar, renderam muitos debates em relação à necessidade de uma reforma agrária no Brasil. Ainda conforme os autores, a modernização agrícola no Estado do Paraná aconteceu juntamente com as mudanças que historicamente ocorreram na instalação da base técnica ao campo, acompanhada de problemas sociais como o êxodo rural, o comprometimento da agricultura familiar, a concentração fundiária a partir dos anos de 1970 e o desemprego no campo.

Um dos principais fatores para que o fenômeno de desemprego ocorresse se deu pelo aumento do número e utilização de tratores, além de implementos e insumos agrícolas, o que eliminou muitos empregos no campo e engrossou as migrações para as cidades, levando a uma intensificação do êxodo rural. É importante observar que a transferência da população do campo para a cidade não foi provocada apenas pela modernização agrícola, mas também pela introdução de culturas (oleaginosas) que começavam a substituir o café, diminuindo significativamente a utilização de mão de obra no meio rural (PRIORI et al., 2012).

No geral, as migrações causam grande impacto social e ambiental. Uma de suas consequências mais nítidas é a expansão das áreas urbanas, gerando desemprego, violência, crescimento de favelas, envelhecimento populacional, etc. (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998).

As áreas metropolitanas por si só geram grande impacto socioambiental, e com o crescente aumento da população, problemas como uso e ocupação do solo, geração de resíduos e efluentes líquidos, gasosos e sólidos se propagam e restringem ainda mais a saúde da população urbana.

A grande perda de cultura acontece devido às migrações e é mais nítida em áreas urbanas, meio onde ocorre um processo de desintegração social, situação que

¹³ Dados da extinção das comunidades de municípios da região Oeste do Paraná podem ser comprovados mediante ata da XX Assembleia Sinodal do Sinodo Rio Paraná - IECLB.

fica cada vez mais acentuada, considerando que, em meio às sucessões rurais, os jovens agricultores não têm mais interesse em ficar nas propriedades agrícolas (EVANGELISTA; CARVALHO, 2001).

Castro et al. (2009) mencionam que a questão do jovem ficar ou sair do meio rural envolve diversos aspectos através dos quais esta categoria é constituída. Estudos apontam que as principais dificuldades encontradas pelos jovens no meio rural atualmente referem-se ao acesso a escolas e trabalho. Outro ponto levantado pelas pesquisas citadas pelos autores é o fato dos jovens serem atraídos pelo estilo de vida urbano.

Os centros urbanos são atrativos para aqueles que buscam alternativas econômicas e educativas diferentes das encontradas no meio rural. O jovem quer comodidade, e no meio rural ele tem que estar permanentemente à disposição do trabalho. Dependendo da atividade que desenvolve, não tem “folga”. Ainda assim Balsadi (2001) enfatiza que muitas áreas rurais estão rompendo com a ideia de que sempre tendem a perder competitividade e população para as áreas urbanas, pois estão recebendo novos investimentos e atraindo empresas, industriais e serviços, de forma a diversificar cada vez mais as atividades econômicas, tendo como resultado um incremento de proporção da população rural que passa a não depender exclusivamente da renda advinda da atividade agrícola.

Atualmente a juventude é tida como instrumento de construção social, de modo que se torna evidente o esforço acadêmico e governamental quando se trata de debates e ações junto à classe, ainda que ocorram na maioria em grandes centros, deixando a juventude rural pouco conhecida (CASTRO et al., 2009).

Neste contexto, conhecer e entender a participação na gestão e futura sucessão dos jovens no meio rural, suas necessidades e anseios quanto ao futuro na propriedade, assim como também do próprio jovem enquanto profissional atuante no universo da agricultura familiar, torna-se primordial. Questões como esta podem ser vistas no capítulo seguinte a partir de estudo de campo, por meio dos quais os jovens passam a ser investigados para a obtenção destas respostas.

3.5 RURALIDADE E JUVENTUDE

Tido como um campo de investigação, o meio rural apresenta singularidade e dinâmica própria, já que é um espaço de vida e trabalho, uma rede de relações

sociais, uma paisagem ecológica e cultural, uma representação de projetos de vida. E é a partir dessa percepção que há possibilidade de sua reconstrução, devido às mudanças socioambientais (ZONIN, 2007).

A ruralidade é marcada pela reconstrução das relações socioambientais, por meio de diversas atividades, processos produtivos e políticas públicas, o que caracteriza uma modernização ecológica, crítica ou reflexiva (ZONIN, 2007).

De acordo com Wanderley (2001), a sociedade brasileira tem hoje um novo olhar sobre o meio rural, encontrando no mesmo alternativas para o problema do emprego e melhoria da qualidade de vida. O progresso rural e o desenvolvimento no Brasil moderno são temas de debate na comunidade acadêmica, entre militantes de movimentos e organizações sociais e entre responsáveis pelas políticas públicas voltadas para a agricultura e o meio rural.

É sobre esse novo olhar que os jovens têm buscado espaço para serem ouvidos e terem voz nas reformas políticas que vêm ocorrendo no país. Mesmo sendo uma participação pequena, é um grande começo para que esta classe possa fazer a diferença.

As práticas e representações sociais dos jovens do meio rural, considerando seus contextos sociais, relação entre campo e cidade e seus projetos de vida, são temas de investigações devido à necessidade de se saber o futuro dos mesmos. Analisar as diversas situações vividas pelos jovens torna-se fundamental para a melhor compreensão de questões correlacionadas à cultura, relação social, trabalho e outras dimensões que reforçam a heterogeneidade vivida pelos mesmos (DALCIN: TROIAN, 2012).

A juventude rural atualmente vem sendo associada com frequência para designar filhos de camponeses que ainda não se emanciparam da autoridade paterna. Também é ligada à migração, ao fluxo de população para centros urbanos, à sucessão e à transferência de propriedade (terra). A transferência de herança patrimonial segue padrões em que geralmente o mais novo ou mais velho dos filhos herda a gestão da propriedade.

Vale reforçar que a juventude rural ganhou destaque não só pelo aspecto da migração para os centros urbanos, mas também pelo desinteresse pela vida rural, fato que gera uma descontinuidade da vida no campo e da produção familiar (CASTRO, 2005).

No que tange à agricultura familiar, os questionamentos da juventude rural supõem o entendimento de dupla dinâmica social. De um lado, a dinâmica territorial que relaciona a casa e a vizinhança e, de outro, a cidade. Além de espaços distintos e sobrepostos, trata-se fundamentalmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão substância à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade (DALCIN; TROIAN, 2012).

Na história brasileira, os jovens em geral são vistos em vários manifestos atuando como uma categoria unida, principalmente quando o assunto é educação. Além de manifestações através das mídias, vão para as ruas e clamam por aquilo que lhes é de direito. Desse modo, o interesse pela inserção dos jovens junto a órgãos de representação nacional tem crescido.

Conforme Pátaro et al. (2013), até 1970 eram poucos os estudos sobre a juventude no Brasil, e os que existiam eram concentrados na classe média urbana universitária, tendo enfoque na política, o que mais tarde levou a interpretações errôneas, uma vez que não era investigada toda a diversidade de classes existentes. Em 1980 passa-se a alterar esse aspecto de investigação e a partir dos anos de 1990 se coloca em foco a experiência da juventude em torno de suas crenças e comportamentos. Os primeiros estudos se referem a como os jovens se definem em relação à religião.

Nigri (2010), em seu trabalho, procurou contribuir com uma abordagem sobre os jovens evangélicos protestantes e da juventude religiosa em geral nos processos de construção das políticas públicas de juventude no Brasil, buscando expressar a importância da dimensão religiosa na conformação das identidades, representações, valores, motivações e ações de uma parcela significativa dos jovens brasileiros.

A exemplo da juventude luterana, que, junto a outros jovens, está inserida em diversas denominações, seja como integrante de redes locais, regionais e internacionais, com o intuito de participar de programas de organismos ecumênicos em âmbito nacional e internacional, nos quais se encontram para celebrar a sua fé em Jesus Cristo, realizando capacitações. Estes jovens se envolvem em ações na área diaconal e social, justiça socioambiental, defesa de direitos e ainda atuam em organizações da sociedade civil e movimentos sociais como Conselhos da Juventude, Conselho Nacional da Juventude Evangélica, assim como participam na comunidade, Acampamento Repartir Juntos, pastorais escolares e universitária entre outras (PORTAL LUTERANOS, 2018).

Dentre os discursos, o que mais se prega é aquele que define os jovens como “a próxima geração”, tendo a ideia da juventude como “etapa”, ou seja, como “fase de transição da vida”. O jovem é entendido como um “sujeito em construção”. Há ainda uma terceira narrativa, que é bastante explorada pelos meios de comunicação, mídias e pelo mercado e que se refere aos jovens como sinônimo de beleza, força, saúde, dinamismo e novidade. Entretanto, nenhuma das falas leva em consideração os “complexos problemas e desafios que os jovens enfrentam na atualidade, não reconhecendo a importância da afirmação da juventude como sujeito de direitos” (NIGRI, 2010, p. 11).

E isso se dá através da mobilização e organização dos jovens. A partir daí são construídos novos significados para a “juventude”, contribuindo para a formação de novas percepções sobre este público. Com isso, é possível mudar a história, pois as representações são capazes de “regular práticas e relações sociais, podendo contribuir para a transformação ou reprodução das relações de poder vigentes na sociedade” (NIGRI, 2010, p. 14).

Em função das pressões e demandas juvenis no Brasil, o governo federal buscou implementar diversas políticas públicas em prol da juventude em nosso país, com destaque para a criação, em 2005, da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), todos vinculados à Secretaria Geral da Presidência da República (NIGRI, 2010).

Fazem parte do Conjuve jovens representantes do poder público e da sociedade civil, entre os quais representantes dos movimentos juvenis, organizações não governamentais, especialistas e personalidades com reconhecimento público pelo trabalho que executam nessa área (CONJUVE, 2018).

Fonseca e Novaes (2007), ao problematizar a pesquisa “Juventude, juventudes: o que une e o que separa”, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 2004, apresentam características e especificidades relacionadas à juventude, tendo em perspectiva suas declarações em relação à filiação religiosa, valores e lazer. Diante disso, constatou-se que no Brasil 96% dos jovens declaram possuir uma religião e que 13 milhões de jovens (27,3%) participam/participaram de organizações sociais, sendo 81,1% de cunho religioso, o que representaria 10 milhões, 22,1% do total da juventude brasileira.

Esse dado expressa a capilaridade social e a disseminada presença da religião e do religioso na sociedade brasileira contemporânea.

No que se refere à religião a qual estes jovens seguem, os dados encontrados pelos autores corroboram com as recentes alterações no campo religioso brasileiro, onde houve uma diminuição do catolicismo e uma maior presença dos evangélicos/protestantes, seguida dos sem religião. Eles destacam o fato de que nos grandes municípios brasileiros há uma maior pluralidade religiosa (FONSECA; NOVAES, 2007).

Resumidamente, os autores concluem que os dados da pesquisa ampliam as hipóteses e as possibilidades analíticas sobre o que foi tratado. “No espaço público, tanto as grandes religiões mundiais quanto as novas religiões tendem a apresentar sua mensagem em termos éticos (a paz no mundo, os direitos humanos, a defesa do ecossistema etc.)” (FONSECA; NOVAES, 2007, p. 167).

Atualmente as tecnologias de informação interferem nas maneiras de estar no mundo e nas possibilidades de transferência geracional da religião, mas os jovens hoje convivem com velhos e novos fundamentalismos, crenças e religiosas na sociedade e na família (FONSECA; NOVAES, 2007, p. 167).

A vida na cidade influencia significativamente a vida religiosa, sendo que esta foi transformada em um item de consumo delicadamente embalado, assumindo seu lugar entre outras tantas mercadorias que podem ser compradas ou rejeitadas de acordo com os caprichos de consumo de cada um. Também o cristianismo em grande medida sucumbiu ao consumismo. Há uma frenética busca por novidades, seguindo a tendência do espetáculo de luzes e cores. É considerada boa a igreja que mais novidades tem a oferecer; os fiéis transitam entre uma igreja e outra com uma agilidade impressionante em busca de novas ofertas (NOVAES, 2005).

O que se observa é que o adolescente e o jovem sentem-se completamente à vontade para beber em todos os tipos de fontes, possíveis e imagináveis, que inclui as de caráter religioso, ignorando completamente qualquer tipo de herança religiosa e controle institucional (NOVAES, 2005).

Já em pesquisa realizada por Almeida e Monteiro, (2001) nota-se que o segmento pentecostal é significativamente composto por jovens e adultos, sendo pequena a presença de pessoas com mais de 55 anos. Ao se distribuir a população total pelas faixas etárias, constata-se uma maior participação de pessoas mais velhas no catolicismo, no protestantismo histórico e outras, enquanto os mais jovens

optam, curiosamente, pela filiação aos segmentos católico e pentecostal ou pela não filiação religiosa (ALMEIDA; MONTEIRO, 2001).

Acredita-se que a juventude na atualidade, talvez pelo meio em que convive na sociedade, ou até mesmo círculos de amizade, faz com que se leve em consideração o que o autor menciona, seja o fato do “abandono” da vida religiosa ou a busca por outras “fontes” até então desconhecidas. Esta busca entre jovens luteranos foi apontada na pesquisa, mas pode ocorrer com qualquer jovem, não importando a opção religiosa, classe ou etnia. O terceiro capítulo procurou dar algumas respostas a esta problemática.

3.6 AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE: A PROPOSTA DA IECLB

Como já mencionado, o processo de modernização da agricultura afetou profundamente a vida dos agricultores familiares. Houve uma forte intervenção do Estado através do crédito subsidiado com a adoção de um novo padrão tecnológico, sendo este baseado em insumos agroquímicos e em mecanização, rompendo a lógica da agricultura familiar, cuja trajetória foi de uso intensivo de mão de obra e diversificação de culturas agrícolas. Nos anos 1980, os efeitos negativos do modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira eram evidentes. Houve concentração de terra, degradação do meio ambiente e aumento das diferenças sociais no campo (VANDERLINDE, 2005).

Em virtude das políticas públicas que não favoreceram o pequeno agricultor, houve preocupação por parte da IECLB em atender este público, pois as raízes desta Igreja estão baseadas em comunidades de pequenos agricultores imigrantes. Isto fez com que a IECLB desenvolvesse um serviço inédito na assistência técnica a esses pequenos agricultores através da constituição do CAPA¹⁴

Uma das consequências da modernização da agricultura se deu através do êxodo rural. “A Igreja percebeu que suas comunidades estavam se esvaziando no interior e seus filiados se ‘extraviando’ nas regiões urbanas onde não havia a Igreja Luterana, pois historicamente ela estava estruturada na zona rural”. Desta forma a

¹⁴ CAPA: atualmente denomina-se Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia. A mudança na nomenclatura ocorreu em virtude da adaptação a demandas decorrentes do momento atual em que se encontra o desenvolvimento rural brasileiro e também das mudanças sociopolíticas atuais. Antigo Centro de Apoio de ao Pequeno Agricultor, mantém suas práticas sociais e atendimento a agricultores familiares, agricultores, assentados, quilombolas, indígenas e pescadores profissionais e artesanais, sejam estes organizados em grupos, associações comunitárias ou cooperativas.

Igreja, segundo o autor, “passou a discutir um modo de fazer a ligação entre a fé e a vida” (FERREIRA, 2005, p. 126).

Em virtude da modernização da agricultura e conseguinte crise gerada em função da mesma, a IECLB, fundou o CAPA ao final dos anos 1970. A entidade caracteriza-se como um serviço eclesial da Igreja Luterana voltado para as problemáticas dos pequenos agricultores no Sul do Brasil sem acepção de credo, o qual é distribuído em cinco núcleos geograficamente estabelecidos nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (VANDERLINDE, 2013).

Atuando como mediador técnico para com os pequenos agricultores, “fomenta formas associativas de organização relacionadas ao planejamento, produção e comercialização de produtos agropecuários sem o uso de agrotóxicos” (VANDERLINDE, 2013, p. 298).

Além de se envolver com agricultores familiares, o CAPA atua entre populações indígenas e grupos de comunidades remanescentes de quilombos, o que pode ser considerado um aspecto inédito quanto à atuação da IECLB no Sul do Brasil (VANDERLINDE, 2013).

A inserção social do CAPA peregrina pelo compartilhamento de saberes através da prática da agroecologia. Tal Centro atua reforçando identidades locais, tradições e reconstrução do espaço. Traz visibilidade a comunidades esquecidas. “O CAPA, enquanto sujeito, na relação mediadora, contribui o para fortalecimento de territórios e territorialidades” (VANDERLINDE, 2013, p. 299).

Este modo de ser e agir da organização surge como uma resposta da igreja a qual é vinculada, com o objetivo de oferecer aos pequenos agricultores possibilidades de alterar a situação: de construir uma nova paisagem do espaço ao qual vivem e dependem, transformando essas comunidades em membros atuantes da sociedade, organizados para reivindicar seus direitos e negociar políticas públicas nos espaços locais e regionais de decisão política (VANDERLINDE, 2013).

A fundação do CAPA no Oeste do Paraná se deu em função do esforço comunitário envolvendo membros e obreiros da IECLB, uma vez que na região prenominava a agricultura. Ainda que o CAPA seja de origem luterana, seu trabalho não deve ser confundido com um serviço missionário proselitista, já que não presta serviços somente a agricultores luteranos, mas para toda a comunidade, sendo,

portanto, um trabalho de solidariedade e construção de cidadania (VANDERLINDE, 2002)¹⁵.

A entidade se identifica com aspectos em relação à identidade da igreja da qual emerge e, na mediação que se pauta em pressupostos espirituais, atua na qualificação de pequenos agricultores pela via da agroecologia. O CAPA mantém parcerias com prefeituras, movimentos sociais e ONGs e também atende indígenas e grupos de comunidades remanescentes de quilombos. A atuação de luteranos entre os quilombolas pode ser considerada um jeito inédito de inserção se levados em conta aspectos relacionados à formação das comunidades luteranas no Sul do Brasil (VANDERLINDE, 2010). No município de Marechal Cândido Rondon, a entidade atua desde o ano de 1997 (VANDERLINDE; VANDERLINDE; METZNER, 2014).

A inserção e atuação do CAPA são amplas e diversas, de modo que atualmente tem se inserido também no meio acadêmico, iniciativa que tem dado certo devido ao grande número de pessoas presentes nos cursos, os quais têm como enfoque a promoção à agroecologia, a partir de técnicas alternativas como, por exemplo, o manejo ecológico dos solos.

De acordo com Majewski e Rudolf (2005, p. 36), o CAPA foi criado com o objetivo de fixar o agricultor à terra, estimular sua participação em atividades que melhorem suas condições de vida, estimular o cooperativismo e o sindicalismo, orientar os agricultores quanto aos seus direitos (conscientização) e oferecer alternativas à migração.

Já para Vanderlinde (2002, p. 7) o objetivo do CAPA é “promover a união dos agricultores familiares, visando à diversificação da produção e à comercialização, além de desenvolver tecnologias viáveis preservando o meio ambiente”. O autor (2002, p. 7) menciona que a instituição também “apoia o sindicalismo e desenvolve políticas no sentido de reduzir o êxodo rural, em especial o dos jovens”. Ele destaca ainda que o CAPA foi criado pela IECLB com o objetivo de orientar, conscientizar, apoiar e acompanhar os pequenos agricultores através de reuniões, seminários de lideranças, seminários com jovens, palestras e cursos práticos, oferecendo novas

¹⁵ Pastores e outras militâncias luteranas estiveram envolvidos com movimentos sociais no sul do Brasil estimulados por uma leitura social das narrativas bíblica. Foi emblemática a participação de pastores luteranos nas lutas pela justa indenização de terras durante a construção da hidrelétrica de Itaipu. Para mais detalhes sobre a atuação de religiosos luteranos nos movimentos sociais rurais do Brasil, consulte-se: (PY; PEDLOWSKI, 2018).

alternativas e procurando fixar o homem no campo (VANDERLINE, 2002, p. 13). Batistela (2009, p. 140), por sua vez, descreve que “a significação do trabalho da IECLB por meio do CAPA parece ser, principalmente, no sentido de uma orientação ao agricultor confuso numa sociedade que pouco valoriza sua história e sua memória”.

O CAPA tem por missão contribuir ativamente na promoção do desenvolvimento que proporcione vida digna a todas as pessoas, sendo que as suas ações estão centradas no fortalecimento da capacidade de cooperação e organização da agricultura familiar para a produção agroecológica, utilizando metodologias de trabalho que valorizem a participação e o conhecimento local, associem teoria com a prática e promovam a equidade das relações, autonomia e bem-estar das famílias (IDE, 2008, p. 3).

A partir da missão do CAPA, segundo Ide (2008, p. 39), foram criados os seguintes conceitos referentes à agroecologia: é a aplicação da ciência ecológica no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis; é um enfoque holístico aplicado à agricultura tradicional de pequena escala; é a ligação entre ecologia, socioeconomia e cultura para sustentar a produção agrícola, comunidades agrícolas e saúde ambiental; e é a manutenção de uma agricultura que mantenha a produtividade ao longo do tempo, otimize recursos e minimize impactos ambientais.

Nesse contexto, Batistela (2009, p. 141) observa que a agroecologia precisa ser percebida e entendida pelo agricultor a partir de uma dimensão que vai além da racionalidade instrumental, encontrando seu significado maior num contexto ideacional condizente com uma perspectiva existencial, substantiva, valorativa e biocêntrica.

Conforme Batistela (2009, p. 14), “no entendimento da IECLB, a agroecologia é expressão social, movimento e luta”. Ou seja, ela deve estar sempre em evidência, pois é um meio que possibilita a sobrevivência de toda humanidade. Já para Betta (2015, p. 6), “a agroecologia se apresenta como uma oportunidade valiosa de geração de renda, bem-estar e sustentabilidade, possível de ser praticada em pequenas propriedades e coerente com as demandas dos consumidores”.

Formas de se lidar com transformações ambientais e sociais são estudadas por Marschner e Vanderlinde (2015). Eles afirmam que há casos em que a

intervenção de organizações (ONGs)¹⁶ é capaz de gerar referências e redefinir políticas públicas em sintonia com as demandas da sua base social, quando se falar em desenvolvimento sustentável, casos do CAPA e da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), ambas vinculadas à agricultura familiar, que, por sua ação articulada, tem um impacto expressivo na formação de referências de desenvolvimento sustentável.

Atualmente a modernização da economia mantém seu curso no Oeste do Paraná, contudo, com um foco mais voltado ao campo. O surgimento de agências mediadoras, como cooperativas ou sindicatos, tem aumentado consideravelmente, sintonizado com o tempo do agronegócio e das megaempresas, preconizando sempre a reinvenção do agricultor (VANDERLINDE; VANDERLINDE; METZNER, 2014). É o ambiente regional onde atua o CAPA.

3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização da agricultura afetou o modo de vida do pequeno agricultor familiar. Ainda assim, a categoria tem procurado se adaptar às mudanças e permanece no ramo produtivo, unindo-se em associações ou participando de programas governamentais como os discutidos no capítulo.

As dificuldades encontradas pelos agricultores familiares no decorrer da reformulação da agricultura brasileira foram expressivas. Evidencia-se aí a modernização tecnológica associada ao êxodo rural, levando à migração de populações do meio rural para o urbano, principalmente de jovens em busca de novas formas de ganhar a vida.

É crescente a preocupação dos agricultores familiares quanto à sucessão familiar. A juventude rural tem se afastado de suas origens rurais em busca de novas formas de se ganhar a vida, ou seja, os jovens do campo procuram por profissões urbanas e não as que os façam voltar para suas casas capacitados a exercer a gestão de uma propriedade rural. Ou ainda quando se capacitam, há grande

¹⁶ Por tratar-se de uma organização sem fins lucrativos, o CAPA, muitas vezes, passa por situações econômicas precárias, tendo a necessidade de se associar a parcerias com o intuito de angariar recursos financeiros, sendo as principais instituições parceiras prefeituras e Itapu Binacional. Em virtude de processos burocráticos, o momento atual do CAPA é instável, ou seja, não é sustentável, pois necessita de ajuda financeira, sendo aprovada em assembleia a realização de empréstimos para que a entidade possa prosseguir com seus projetos (ata da 65ª Reunião Ordinária do Conselho Sinodal do Sinodo Rio Paraná em 24/03/2018 - COMUNIDADE DE TOLEDO - PR).

probabilidade de partirem em busca de sucesso profissional, trabalhando em multinacionais, por exemplo.

A partir de sondagem empírica, o terceiro capítulo procurou discutir, entre outros assuntos relacionados à pesquisa, a relação do jovem luterano do Oeste do Paraná com a sucessão familiar e os problemas que este enfrenta em decorrência do êxodo rural.

Cidade e campo se transformarão jovens unidos na
esperança gritarão a força nova é o poder do amor
nossa fraqueza é força em Deus libertador.

Hinário O Povo Canta - PPL

4 CAPÍTULO III - SUCESSÃO FAMILIAR DOS JOVENS LUTERANOS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

4.1 INTRODUÇÃO

Apesar de toda dificuldade encontrada pelos agricultores familiares na busca de melhores condições de trabalho, a agricultura familiar é uma das atividades de grande importância, pois é a base para o sustento de inúmeras famílias que vivem no meio rural e fazem da agricultura familiar sua atividade econômica principal.

Além disso, a agricultura familiar está presente em todas as regiões do Brasil e responde por cerca de 70% dos alimentos comercializados e consumidos em todo o país. De acordo com o site Agrofonte (2015) (EMBRAPA)¹⁷, em terras brasileiras a agricultura familiar representa 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 34% do arroz, 58% do leite, 59% da carne suína e 50% das aves produzidas no campo.

Conforme o Censo Agropecuário 2006, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009, os agricultores familiares, mesmo ocupando pequenas áreas de terra, são os principais fornecedores de alimentos básicos para o mercado nacional e os maiores geradores de empregos no campo. Eles têm proporcionado melhorias no nível de sustentabilidade das atividades no setor agrícola, possibilitando, conseqüentemente, que a qualidade dos produtos seja superior à dos produtos convencionais e/ou industrializados.

As dificuldades enfrentadas pela classe dos agricultores familiares, contudo, quando se trata da expansão do agronegócio, têm levado a inúmeros problemas de ordem social e econômica. O êxodo rural e a sucessão familiar são alguns deles. É neste contexto que se justifica a presente pesquisa. A coleta e análise de dados a seguir permite clarear localmente a questão.

¹⁷ EMBRAPA - Soluções Tecnológicas: Agrofonte, website especializado em informações voltadas para a agricultura familiar no Brasil. Disponível em: <<http://agrofonte.ctaa.embrapa.br/>>.

4.2 MINISTROS E JUVENTUDE: OS DESAFIOS DA IECLB NO OESTE DO PARANÁ

Na atualidade a IECLB é conhecida por sua trajetória junto à sociedade brasileira como uma igreja de imigrantes. Os processos de urbanização e modernização agrícola afetaram sensivelmente a membresia, uma vez que durante décadas se constituía numa igreja de interior. Tais processos exigiram posicionamentos e mudanças de rumo no âmbito da igreja. No tempo presente, seja por pronunciamentos ou ações sociais diversas, a igreja procura se adaptar e continuar contribuindo com a sociedade na qual se encontra inserida.

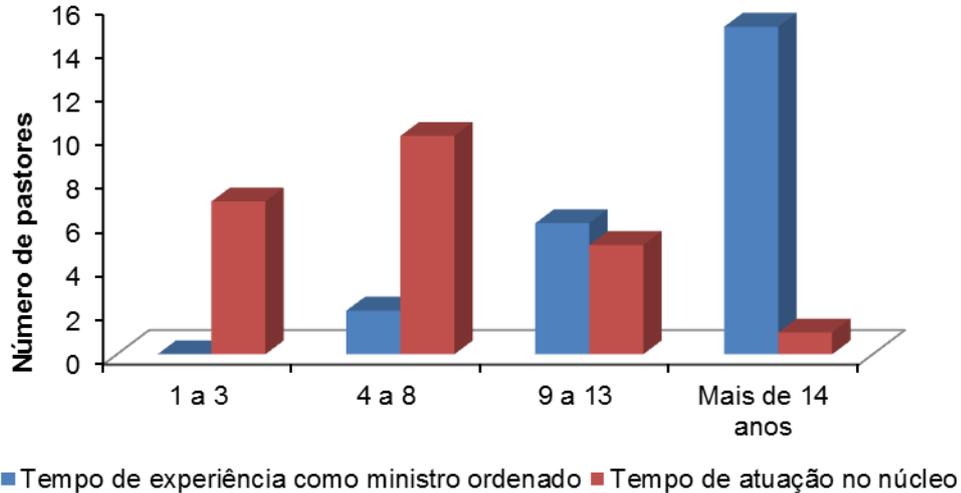
Atualmente a IECLB é constituída por 18 sínodos, subdivididos em diversas regiões do Brasil, conforme mostra a Figura 01. A constituição da IECLB aponta: “o sínodo é formado pelo conjunto de comunidades e paróquias de determinada área geográfica, competindo-lhe a tarefa de planejar e dinamizar o trabalho eclesiástico em sua área, decidir sobre a maneira de a Igreja manifestar-se na concretização de suas finalidades e executar as diretrizes e metas estabelecidas em concílio”.

Figura 02 - Divisão da IECLB
Fonte: Portal Luteranos, (2017)



No Sínodo Rio Paraná, que abrange o Oeste do Estado do Paraná e também o Estado do Mato Grosso do Sul, constatou-se que a maioria dos ministros possui experiência de mais de 14 anos como ministro ordenado, sendo que a atuação no núcleo, uma subdivisão do sínodo, é mais recente. A sondagem não se referiu a um núcleo específico (Figura 3).

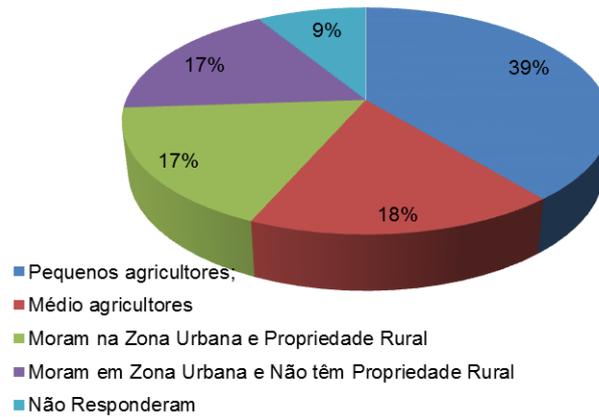
Figura 03. População de entrevistados quanto ao tempo de experiência como ministro ordenado e tempo de atuação no núcleo
 Fonte: Autor



Diante da subdivisão dos sínodos em núcleos regionais, observa-se que dos 23 ministros ordenados, 42,9% pertencem ao núcleo de Girassol, 28,5% aos núcleos de Sol de Maio e os núcleos Sudoeste e Mato Grosso somam 14,3%, respectivamente. Os núcleos aqui referidos pertencem ao Sínodo Rio Paraná. Da totalidade dos ministros que responderam o questionário, 35% atendem mais de cinco comunidades. Das comunidades atendidas, 17% são predominantemente situadas em zonas urbanas e 13% em zona rural, sendo que 70% das comunidades atendidas aparecem numa posição intermediária, ora se caracterizando mais urbana ora mais rural. Ressalte-se que o conceito de urbano e rural encontra-se hoje igualmente afetado pelos impactos gerados pelos processos de modernização.

Quanto ao perfil destas comunidades, pode-se observar na Figura 4 que a maioria dos fiéis luteranos ainda está concentrada na classe de agricultores familiares, sendo caracterizados por 39% de pequenos agricultores, dos quais 17% possuem propriedade rural, porém residem na zona urbana. Outros 17% não têm propriedade rural e moram em zona urbana. Constatou-se também que 18% são caracterizados por serem agricultores de médio porte, ou seja, propriedades médias, e 9% não responderam.

Figura 04. Características dos membros das comunidades luteranas do Sínodo Rio Paraná na perspectiva dos pastores
Fonte: Autor



Quanto à caracterização familiar dos membros que formam as comunidades, os ministros responderam que a maioria das famílias (61%) possuem os filhos na escola, portanto passam pouco tempo na propriedade, seguido de 22% de filhos aptos à sucessão familiar, mas que não têm interesse em permanecer nas propriedades. Enquanto em 6% das famílias de membros os pais permanecem nas propriedades e mantêm atividades agrícolas, 11% mantêm outras atividades, ou seja, procuram outros meios de renda.

Como já foi abordado, o CAPA é entendido como uma ação positiva da IECLB com o intuito de possibilitar assistência técnica e logística aos agricultores familiares, não exclusivamente luteranos, que enfrentam dificuldades múltiplas em permanecer no campo. A respeito da representatividade do CAPA e sua presença nas comunidades-foco desta investigação, pode-se notar que a entidade possui representatividade modesta nas comunidades e em sua membresia, como apresenta a Figura 5. Este gráfico demonstra que a iniciativa da IECLB voltada ao segmento em crise identifica um serviço que aparentemente é subutilizado no âmbito das comunidades luteranas.

Figura 05. Atuação do CAPA nas comunidades da IECLB no Sínodo Rio Paraná
 Fonte: Autor



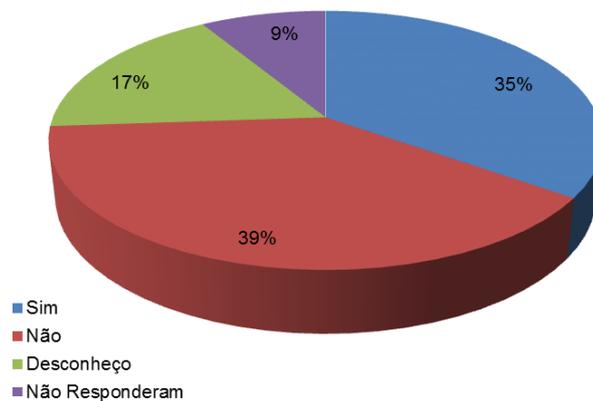
Em relação aos dados referentes às atividades assessoradas pelo CAPA nas comunidades, 35% dos ministros responderam que membros de suas respectivas comunidades têm atividades assessoradas pela entidade. Desta mesma população, 39% consideram que a comunidade não recebe assistência, 17% desconhecem se o CAPA exerce alguma atividade em sua comunidade e 9% se omitiram em responder. Percebe-se na sondagem a subutilização da expertise desenvolvida pelo CAPA nas comunidades.

É oportuno observar que quando o CAPA se apresenta ou desenvolve algumas atividades em eventos e atividades acadêmicas e sociais normalmente ele não é apresentado como um serviço luterano. Talvez seja este um motivo que faz com que os luteranos não percebam tratar-se de um serviço da igreja à qual pertencem. Outros motivos também podem ser apontados em relação ao desconhecimento do CAPA e seus objetivos. A pesquisa não avançou neste sentido, mas especula-se que na própria formação ministerial poderia haver alguma omissão quanto a este particular. Não se pode descartar que questões de foro íntimo, quanto a concepções de fé, também não possam estar relacionadas a uma maior “valorização” das atividades do CAPA.

Pode-se verificar que o CAPA, por ser um trabalho da própria IECLB, atende e desenvolve atividades nas comunidades onde existe Igreja Luterana instalada (Figura 6). Considerando que o trabalho do CAPA poderia estar mais inserido nas comunidades e o percentual de ministros que conhece a atividade mediadora da entidade, constatou-se que o serviço pode ser melhor aproveitado. Para alguns ministros o trabalho do CAPA poderia se relacionar mais com a permanência dos jovens no meio rural, ainda que alguns agricultores sejam resistentes a mudanças

propostas pela entidade. O CAPA teria muito a contribuir não somente com os agricultores, mas, sim, com toda a comunidade, pois visa proporcionar alimentação saudável. Sendo assim, os benefícios não se voltariam unicamente às famílias que ficam no campo. O CAPA é uma entidade que busca desenvolver uma agricultura familiar sustentável através de um olhar socioambiental.

Figura 06. Atividades assessoradas pelo CAPA nas comunidades
Fonte: Autor



Em contrapartida, para alguns ministros, apesar de o CAPA realizar um trabalho muito bom, atinge poucas pessoas, sendo mais conhecido nas comunidades geograficamente mais próximas da sede regional da organização. A investigação mostrou a necessidade de uma maior divulgação do trabalho do CAPA em outras regiões, além das comunidades geograficamente mais próximas.

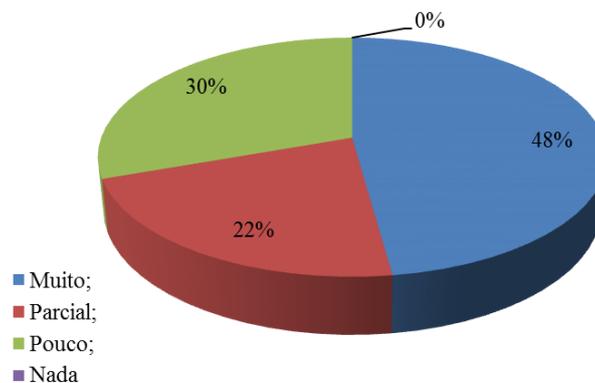
Mesmo com a subutilização das potencialidades do CAPA, a entidade foi avaliada positivamente pelos ministros que dela tinham conhecimento. Eles consideraram que um maior empenho e um maior engajamento relacionados à missão da entidade mediadora seriam oportunos diante das atuais dificuldades sentidas pelos agricultores familiares e em especial ao problema da sucessão familiar nas atividades desenvolvidas no campo.

De acordo com uma das lideranças eclesiais da IECLB, em depoimento materializado por escrito, o CAPA é um dos grandes instrumentos que a IECLB dispõe para ajudar as comunidades a compreender a beleza da Criação, a responsabilidade diante da Criação, caminhos para manter a Criação e viabilizar meios para uma vida saudável.

Na opinião dos ministros depoentes, são notórios os impactos da modernização agrícola no âmbito das comunidades luteranas. Quando questionados

sobre como o impacto da modernização na área agrícola afetou a vida comunitária em suas paróquias, a maioria respondeu que as áreas foram significativamente impactadas pelas transformações ocorridas com o advento da modernização, conforme é possível observar na Figura 7. Para fins de análise, 48% dos ministros afirmaram que o impacto foi significativo, para 22% foi parcial e para 30% o impacto foi pouco percebido. Não houve entrevistados que considerassem que a modernização agrícola não tenha impactado as comunidades luteranas.

Figura 7. Impacto da modernização agrícola nas comunidades da IECLB
Fonte: Autor



Pode-se notar que as transformações afetaram a vida comunitária de uma forma ou de outra. Isso se deve às mudanças ocorridas no ambiente de trabalho dessas famílias, as quais, conseqüentemente, afetaram suas rotinas. Segundo as lideranças da IECLB, o esvaziamento de inúmeras comunidades na região Oeste do Paraná também ocorreu em função de transferência para outras localidades, outros centros urbanos e regiões agrícolas com vastas áreas de terras disponíveis e até mesmo outros Estados.

Indagados se a sucessão familiar faz parte de suas preocupações, a maioria dos ministros respondeu positivamente. Em parte ainda prevalece a ideia de que o ambiente rural é um lugar difícil para viver e que a cidade oferece uma condição mais confortável. Na visão dos ministros, seria necessário desconstruir essa mentalidade, indicando que o meio rural também pode oferecer ótimas condições de vida e oportunidades de trabalho.

Instituições como o CAPA, cooperativas, sindicatos e Igreja precisariam se unir e pautar essas discussões, já que há uma tendência de que as comunidades localizadas nas áreas rurais tenham uma redução no número de seus membros ou

até mesmo uma estagnação, não havendo entrada de novos. Com isto, pode-se considerar que, em virtude do “envelhecimento” das comunidades, redução do número de filhos e problemas vinculados à sucessão familiar, há um agravamento na redução do número de membros nestas comunidades, podendo, inclusive, levá-las à extinção.

De acordo com os depoimentos dos ministros, as famílias com espaços maiores de terra conseguem manter seus filhos na propriedade, enquanto que os pequenos produtores encontram dificuldades neste sentido. Isso se deve ao fato de que quanto maior a área de terra, maior a renda obtida nas safras. Já o pequeno agricultor enfrenta maiores dificuldades e conseqüentemente os filhos acabam buscando formas alternativas de sustento, indo para as cidades à procura de outros modos de vida. Urge a necessidade de se encontrar formas para motivar e manter as novas gerações tanto nas comunidades como no campo.

Com o esvaziamento das regiões agrícolas a partir dos anos de 1970, o governo também deixa de estimular o aprimoramento da educação rural, com a extinção de inúmeras escolas rurais. A falta de disponibilidade de educação próxima às propriedades acaba por ser mais um dos motivos que estimula o êxodo rural. A disponibilidade de transporte escolar, aliada à justificativa de que no ambiente urbano há uma educação de melhor qualidade, acaba potencializando a ideia de que viver na cidade é melhor.

Em casos de paróquias que não possuem membros com propriedade rural, ou até mesmo quando há poucos membros, a preocupação com a sucessão familiar tanto na comunidade de fé como no meio rural acaba se tornando nula, uma vez que não é prioridade dos ministros abordar este assunto entre os fiéis.

Nota-se, portanto, que não é uma preocupação ministerial atuar junto aos jovens, especificamente com o tema sucessão familiar. Parece haver necessidade de intervenções por parte da IECLB em relação ao assunto, assim como também por toda comunidade de fé, seja por seus membros, direção ou até mesmo voluntários responsáveis por ações pontuais que auxiliem os ministros num maior entendimento e posterior trabalho com a juventude rural.

O tema da modernização agrícola e da sucessão familiar poderia ser levado para fóruns relacionados às ações da pastoral da igreja, voltados aos jovens das comunidades, como, por exemplo, o Acampamento Repartir Juntos. O acampamento procura reunir jovens durante vários dias anualmente. O próprio nome

diz muito da sua natureza e de seus objetivos, pois os jovens se encontram e debatem em torno de um tema, e este é estudado, entendido e celebrado. O evento conta com a contribuição de assessorias convidadas, que dão apoio e motivação, e o clima gerado favorece o florescimento de comunhão e partilha (PORTAL LUTERANOS, 2018). O atual estágio da modernização agrícola, sucessão familiar e outros impactos relacionados ao assunto poderiam pautar as discussões nestes encontros.

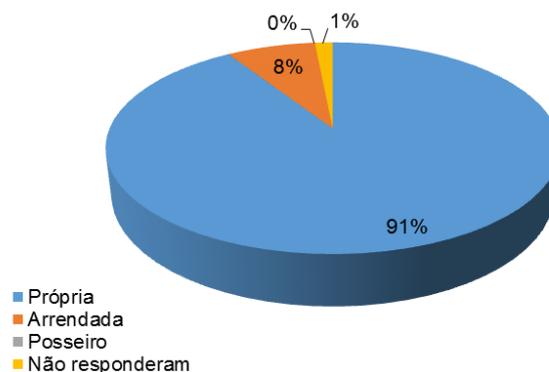
4.3 OS JOVENS LUTERANOS DO OESTE DO PARANÁ

Para viabilizar esta secção, realizou-se uma sondagem entre jovens luteranos durante o Acampamento Repartir Juntos promovido em fevereiro de 2018 na cidade de Cascavel. Dos 185 jovens presentes, 58% eram do sexo masculino e 42% do sexo feminino, tendo os mesmos as idades distribuídas em sua maioria (39,50%) entre 16 e 18 anos, seguido de 29,57% com idades entre 13 e 15 anos e os demais entre 19 e 21 anos (19,35%) e acima de 21 anos (11,58%).

Constatou-se que a maioria dos jovens mora com os pais num ambiente de propriedade familiar, havendo poucos que residem sozinhos ou só com a mãe ou só com o pai. Dos entrevistados, 66 jovens advêm de propriedades rurais, enquanto que os demais são da cidade ou de distritos. A maioria possui terra própria (91%), 8% têm terra arrendada e 1% está dentro da categoria posseiro (Figura 8).

Figura 8. Relação da propriedade e local de trabalhos dos jovens rurais luteranos do Oeste do Paraná

Fonte: Autor



Diante disso, haveria possibilidade de sucessão familiar nessas propriedades para 60 jovens, uma vez que os mesmos se caracterizam pelos pais possuírem terra própria, não arrendada ou cedidas para o cultivo.

Quase em sua totalidade (176) os jovens se consideram membros da IECLB e foram batizados nesta igreja. Com relação à frequência nos cultos, 17,29% são frequentadores assíduos, 37,29% participam de vez em quando e 35,67% participam de quase todos os cultos. Apenas 9,75% dos jovens responderam que quase nunca participam.

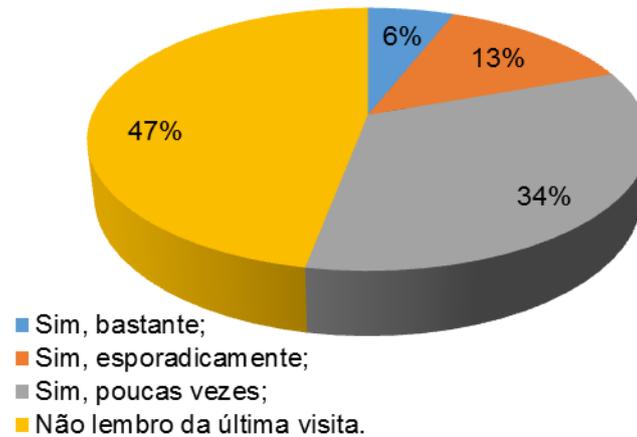
Dos jovens entrevistados, 55,67% participam de trabalhos prestados pela igreja. Destes, 84,86% acreditam que a igreja presta um serviço de qualidade. Das atividades que têm participação mais efetiva na comunidade, a maioria dos jovens (92) respondeu que são apenas ouvintes do culto dominical. Os outros (75) participam usando “seus dons”, havendo também participações na diretoria da igreja.

Imagina-se que a influência da participação vem desde o convívio familiar e/ou cobrança familiar. Porém, 62,70% dos jovens afirmaram que participam por se identificar com os valores da igreja, assim como também a participação é por iniciativa própria.

Em contrapartida, 36,21% destes jovens revelaram sua participação em outras instituições religiosas, o que mostra o quão estão “perdidos”. Esse dado vem ao encontro do que foi mencionado pelos ministros, de que a igreja deveria estar preparada, assim como toda a comunidade, a receber os jovens que vêm de outras instituições, assim como “manter” os fiéis frequentadores longe de influências externas.

Outro dado que chamou atenção entre os jovens entrevistados foi sobre a visita pastoral em suas famílias. A maioria respondeu não lembrar da última visita do pastor em sua residência (Figura 9). Outros disseram que os pastores fazem visitas, todavia com uma frequência muito baixa ou esporadicamente. A investigação revelou que são poucos os jovens que recebem a visita com assiduidade. Imagina-se que a presença mais assídua de um pastor nas famílias poderia ter algum efeito positivo nas discussões sobre êxodo e sucessão familiar, além de ganhos de natureza espiritual.

Figura 9. Visita pastoral nos domicílios dos jovens luteranos no Oeste do Paraná
 Fonte: Autor



Conforme já destacado, a educação sempre foi prioridade para a Igreja Luterana, com a formação de professores e construção de escolas. A educação dos jovens luteranos atualmente pode ser vista ou entendida como uma herança repassada aos filhos, podendo, ainda, a educação escolar e religiosa ser transmitida através de moldes herdados das gerações passadas, baseados nos princípios da IECLB ainda nos dias atuais. Esta é a compreensão de 82% dos jovens presentes no encontro, os quais pretendem orientar seus filhos nesta linha. Contudo, 14% consideram que a educação cristã pode ocorrer em qualquer denominação religiosa, 3% não irão instigar a educação cristã entre seus filhos e 1% acredita ser desnecessária a educação cristã.

É oportuno lembrar que para a igreja, educação é compromisso fundamental. Em vista disso, zela para que todos tenham acesso à educação, à educação religiosa e à educação na fé. A igreja como entidade civil tem a responsabilidade de envolver-se com as questões voltadas para a vida cidadã, seja através da discussão, implantação e implementação das políticas públicas educacionais, e principalmente o envolvimento com aquelas que tratam da dimensão religiosa do ser humano (PORTAL LUTERANOS, 2018).

Ao considerar a população de jovens entrevistados sobre a sucessão familiar, constatou-se que apenas 20% deles pretendem permanecer em suas propriedades ou na propriedade da família, apontando uma tendência preocupante de um esvaziamento ainda maior das propriedades agrícolas das famílias luteranas.

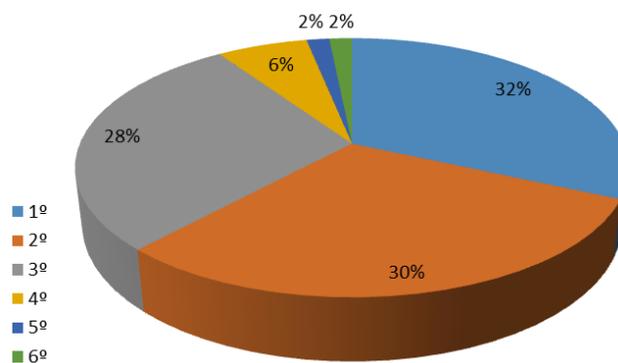
Considerando apenas os 20% que pretendem permanecer na propriedade, número que corresponde a uma amostra de 66 jovens, 86% destes acreditam que é desejo dos pais que eles permaneçam na propriedade.

Dos 20% de jovens propensos a continuar no trabalho agrícola, 58% pretendem efetivamente permanecer no campo. As justificativas foram das mais variadas, sendo principalmente porque gostam do meio rural e das atividades que exercem. Muitos acreditam ser um bom investimento, assim como uma fonte de lucratividade, já que não há necessidade de contratação de mão de obra externa para execução dos trabalhos da propriedade.

Quanto aos aspectos que motivam o êxodo, ou seja, as considerações por parte daqueles que pretendem deixar a propriedade, houve os que apontaram a dificuldade de sobrevivência encontrada no campo e aqueles que consideraram a busca por outros caminhos como sendo de maior importância.

Os dados coletados levam ao número de gerações que convivem na propriedade, havendo uma população heterogênea composta por pessoas idosas (avós), meia idade (filhos) e jovens (netos), portanto composta por primeira, segunda e terceira geração, conforme demonstrado na Figura 10.

Figura 10. Número de gerações presentes nas propriedades rurais pertencentes aos jovens luteranos que residem no meio rural do Oeste do Paraná
Fonte: Autor



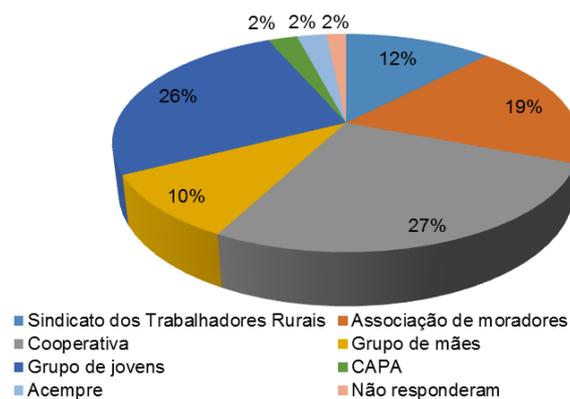
Atualmente as comunidades luteranas são compostas por 32% de pessoas que fazem parte da primeira geração. Estas foram as fundadoras das atuais comunidades luteranas da região Oeste do Paraná. A segunda geração, composta por um número reduzido de filhos, é representada por 30%. A Figura 10 mostra a sequência de gerações presentes na propriedade rural. Conclui-se que as comunidades luteranas estão cada vez mais se esvaziando, seja pela quantidade ou

pela idade das pessoas. Segundo lideranças da IECLB, muitas das comunidades vêm sofrendo neste quesito, pois sentem dificuldades até mesmo para formar um presbitério.

No que tange às atividades laborais, a Figura 11 mostra que a maioria do jovens estão inseridos em cooperativas, as quais estão presentes em toda a região Oeste do Paraná, entre elas a Cooperativa Agrícola Mista Rondon LTDA (Copagrill), C.Vale Cooperativa Agroindustrial, Lar Cooperativa Agroindustrial, Coamo Agroindustrial Cooperativa, entre outras. Percebe-se ainda uma expressiva participação da juventude luterana em grupos de jovens, fato que pode ser considerado relevante, uma vez que demonstra que há ainda interesse nas atividades disponibilizadas pela igreja. Defende-se a opinião de que nestes encontros poder-se-ia discutir questões relevantes relacionadas ao êxodo rural e à sucessão familiar.

Estas discussões também podem ser levadas a efeito nos diferentes órgãos ou entidades que contam com a participação dos jovens, mesmo sendo em menor porcentagem, como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (12%) ou mesmo o CAPA, que tem a participação de 2% dos entrevistados.

Figura 11. Participação da juventude luterana em órgão de representação no Oeste do Paraná
Fonte: Autor

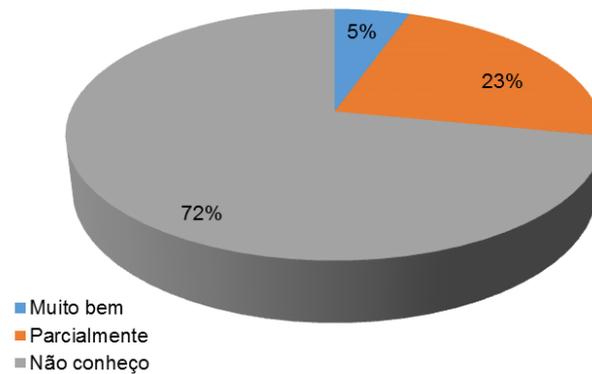


A representação do CAPA junto aos jovens também é de suma importância, pois o mesmo atua junto à IECLB na detecção e formulações de soluções para os problemas socioambientais, assim como leva em consideração toda a história da agricultura familiar.

Em função da importância do CAPA para o desenvolvimento da agricultura familiar e por ser um trabalho da própria igreja, ele poderia ter maior “popularidade”

ou ser reconhecido pela maioria dos jovens, principalmente os luteranos. A sondagem apontou que 72% dos jovens não conhecem o trabalho do CAPA e que 23% conhece parcialmente, sendo que apenas 5% têm conhecimento acerca dos objetivos da entidade (Figura 12).

Figura 12. O conhecimento do CAPA pelos jovens luteranos
Fonte: Autor



Entende-se que, apesar desses fatores limitantes, a atuação do CAPA é promissora na região Oeste do Paraná, uma vez que em posse de dados expressivos como os demonstrados na pesquisa a entidade pode utilizá-los para balizar seus objetivos. Por outro lado, há vários caminhos que podem ser traçados pela igreja para promover maior visibilidade ao CAPA. Ou seja, a igreja pode oferecer espaços para discussões e debates em diferentes grupos, como grupos de estudos, ensino confirmatório, juventude evangélica, Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas (OASE) entre outros.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise demonstrou que ainda existe interesse entre os jovens em permanecer no campo, apesar dos problemas que estes enfrentam, seja pela falta de incentivo governamental ou até mesmo de iniciativa própria. Quanto à relação entre jovens e IECLB, observou-se que, apesar de a igreja ainda se manter nos moldes estabelecidos desde sua constituição, permitindo pouca abertura para a inserção do jovem na realização de ações da Igreja, os mesmos têm se mantido nos conhecimentos recebidos tanto pela instituição como também pela família.

No que se refere à inserção do CAPA junto à juventude luterana, constatou-se que há necessidade de se trabalhar melhor a questão. Parece haver uma relação frágil entre o trabalho do CAPA e as perspectivas que poderiam ser oferecidas aos jovens através desta entidade. Imagina-se que a igreja que criou a entidade poderia se posicionar mais efetivamente sobre a problemática.

Juntas, poderiam atuar na percepção dos jovens quanto ao êxodo rural, permitindo, com o tempo, uma mudança nas estatísticas migratórias de populações do meio rural para o urbano, principalmente dos jovens que procuram novas formas de ganhar a vida, aspectos estes debatidos no capítulo anterior.

Outra questão é quanto à preocupação dos agricultores familiares em relação à sucessão familiar, pois constatou-se no capítulo 2 que a juventude rural tem se afastado de suas origens rurais em busca de novas formas de ganhar a vida, seja a procura por profissões urbanas ou atuação profissional fora do meio rural.

São vários os aspectos que podem ser mediados tanto pela igreja quanto pelo CAPA, a fim de permitir o prolongamento da juventude rural no campo, ampliando o número de sucessores familiares no meio rural.

5 CONCLUSÕES GERAIS

A dissertação procurou discutir o impacto gerado pelos processos de modernização no campo tendo como estudo de caso os jovens luteranos vinculados a famílias de agricultores familiares na microrregião do município de Marechal Cândido Rondon.

Os pequenos agricultores do Oeste do Paraná, como outros tantos que atuam no Brasil, sofreram com a modernização da agricultura. Muitos não conseguiram acompanhar as mudanças que começaram a acontecer a partir dos anos de 1960, quando, juntamente com as transformações, registrou-se a degradação ambiental e humana.

Os dados coletados em sondagem empírica permitiram inferir algumas considerações sobre a problemática que, a nosso ver, ainda que parciais, se inserem no âmbito de uma conjuntura mais ampla. As famílias de agricultores familiares luteranos não sofreram ou sofrem sozinhos os impactos brutais gerados pela modernização agrícola no Brasil.

Constata-se que a modernização provocou o êxodo de muitas famílias agricultoras, que foram obrigadas a buscar alternativas de vida longe do campo. A Igreja Luterana, historicamente, sempre esteve ligada com a agricultura pelo fato dos seus membros, no início, serem na maioria agricultores. Em decorrência disso, também é historicamente conhecida como uma “igreja do interior”. A situação do tempo presente faz com que a igreja enfrente novos desafios. Um deles é o fato de a “igreja do interior” já ter significativa presença urbana. Em ambiente urbano aparecem problemas antes pouco perceptíveis no interior.

Conforme vimos no texto, nos anos de 1990, os impactos da modernização agrícola entre famílias de agricultores luteranos no Oeste do Paraná foram estudados por Erneldo Schalenberger e Silvio Colognese. A pesquisa mostrou como os processos de modernização excluíram pessoas do meio rural e abalaram a convivência das famílias no ambiente íntimo das igrejas. Curiosamente, a pesquisa levada a efeito já apontava o CAPA como uma possibilidade para minimizar a crise.

Como consequência do êxodo rural e da precarização do trabalho no campo, a igreja resolveu tomar atitudes objetivas para auxiliar os contingentes populacionais afetados. Das atitudes surge o CAPA, que nasce como uma ação social da Igreja voltada aos agricultores familiares. A produção de alimentos ecológicos foi uma

possibilidade que apresentou resultados positivos desde o início da criação da entidade. Além de produzir alimentos saudáveis para seu próprio consumo, o agricultor poderia também oferecer alimento de qualidade para outras pessoas.

O que pode ser considerado inédito neste processo é o fato de a IECLB, como igreja, ter-se antenado com os processos de exclusão no meio rural e ter criado, ainda nos anos de 1970, um serviço que desse amparo tecnológico e social às famílias de pequenos agricultores familiares. Esta iniciativa seria materializada no CAPA, que, com um núcleo inicial no interior do Rio Grande do Sul, se irradiaria por outras regiões daquele Estado e alcançaria o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste e Oeste do Paraná.

A pesquisa teve como um dos alvos o trabalho mediador do CAPA entre agricultores familiares no Oeste do Paraná, mais notadamente os luteranos. Entre outras questões, a investigação procurou verificar a eficácia da experiência desenvolvida pelo CAPA em relação ao problema da sucessão familiar em pequenas propriedades na microrregião polarizada pelo município de Marechal Cândido Rondon. A sondagem empírica infelizmente revelou um CAPA medianamente conhecido, quando não acentuadamente desconhecido entre as comunidades luteranas.

O desconhecimento do CAPA e/ou das potencialidades que a entidade pode oferecer para a comunidade está relacionado a diversos fatores. A desinformação pode ser um deles. Mas há que se avaliar também a omissão ou a falta de engajamento nas políticas desenvolvidas pela entidade decorrente do atrelamento à determinada posição teológica no âmbito da própria IECLB. Sabe-se de opiniões de luteranos que, sustentados pelas suas convicções de fé, consideram a atividade do CAPA desnecessária para a igreja.

A história da presença da IECLB no Brasil e a história do surgimento do CAPA foram recuperadas parcialmente neste trabalho a partir de fontes e pesquisas específicas que antecederam nossa dissertação. Contudo, procurou-se discutir também o processo de modernização agrícola e as possibilidades de os agricultores familiares persistirem diante dos desafios impostos pela modernidade do capital. A produção pela via da agroecologia é uma possibilidade que aparece, e desde o início foi uma bandeira levantada pelo CAPA.

O CAPA, através da IECLB, transformou-se num parceiro dos pequenos agricultores e, através de práticas solidárias de uso do solo, tornou novamente viável

a permanência de agricultores familiares no campo. O CAPA dissemina princípios agroecológicos valorizando uma produção sustentável de baixo impacto em relação ao solo. Sem a intervenção deste tipo de orientação quanto ao uso do solo, é possível pensar que os impactos sobre as famílias atingidas pela modernização seriam maiores.

No tempo presente os processos de modernização persistem e mesmo entidades voltadas à produção agroecológica, como o CAPA, enfrentam problemas de gestão e financiamento, uma vez que se trata de entidade sem fins lucrativos.

Além disso, embora não tenha sido objeto da pesquisa, outras crises emergem no âmbito da igreja. Não se pode ignorar o “esvaziamento” da IECLB em termos de famílias, especialmente em relação aos jovens, que se sentem livres para vivenciar outras experiências espirituais fora do ambiente luterano. Este é um assunto que merecerá um estudo posterior. Porém, a crise econômica e política que se vive no momento, com ações concretas como a extinção do MDA, por exemplo, tendem a jogar mais incertezas sobre o problema da modernização agrícola e a sucessão familiar.

Embora a atividade do CAPA, após quatro décadas de existência, ainda seja “desconhecida” ou pouco conhecida entre a membresia da IECLB, seria uma atitude ingênua pensar que uma maior divulgação sobre os trabalhos que esta entidade oferece poderiam resolver os problemas das famílias luteranas no campo. É preciso também estrutura motivada por políticas públicas eficientes para que a agricultura familiar possa persistir e para que os jovens sejam motivados a ver na atividade agrícola um horizonte promissor de existência e subsistência.

O ambiente urbano parece continuar exercendo um atrativo preferencial de muitos jovens que ainda estão no campo. Entretanto, a relação campo e cidade tem se alterado e os conceitos de “urbano” e “rural” têm se relativizado. Hoje é possível ter muitas das antigas comodidades que eram de exclusividade do meio urbano, também no meio rural. Além disso, muitas novas atividades no meio rural têm emergido em decorrência de uma demanda estressada de pessoas dos ambientes urbanos, ávidas por reencontrar o “paraíso” que um dia perderam.

A pesquisa, entre outros assuntos, revelou que a IECLB se constitui numa igreja cujos membros em tempos recentes eram predominantemente agricultores familiares. Até os anos de 1970, aproximadamente 70% dos membros desta igreja eram pequenos agricultores. Todavia, a modernização agrícola, como um rolo

compressor, acabou num primeiro momento tendo um efeito devastador sobre as famílias de pequenos agricultores, sejam eles luteranos ou não, tendo reflexos no tempo presente na materialização do nó da sucessão familiar em um contingente agrícola que continua a encolher.

Em determinado momento de todo este processo, a IECLB entra com o criativo serviço do CAPA, que emergia como um instrumento de apoio para que de início ao menos as famílias luteranas pudessem continuar desenvolvendo a agricultura e gerando fonte de renda para o sustento da família. Embora inicialmente fosse uma atitude considerada de responsabilidade social, ela se revela com o tempo e só se mostra viável amparada por sólidos sistemas associativistas e por consistentes políticas públicas de Estado.

Os jovens luteranos da microrregião de Marechal Cândido Rondon que ainda estão em trabalhos familiares no campo, bem como outros que poderão ser estimulados a voltar, dependem de incentivos que se originam de políticas públicas viabilizadas por entidades mediadoras dos quais o CAPA é um exemplo. A nova paisagem sonhada nos primeiros anos do CAPA, em que as futuras gerações poderiam se sentir como guardiães do ambiente, assegurando segurança alimentar, não poderá acontecer como passe de mágica.

Os processos que levaram a esta situação não foram naturais. Neste trânsito não faltaram iniciativas heroicas, mas é preciso considerar também as omissões. É preciso, contudo, indagar se a sociedade, através de suas instituições, ainda estaria disposta a discuti-las.

REFERÊNCIAS

CAPÍTULO 1

ALTMANN, W.; HASENACK, J. **História - Base Confessional: Compromissos. 2006.** Publicado originalmente como encarte na Bíblia institucional da IECLB. Disponível em: <<http://martinluther.org.br/textos/historia-base-confessional-compromissos>>. Acesso em: 26 abr. de 2018.

BERTO, A. R. Barreiras ao Comércio Internacional. In: **Convibra. 4º Congresso Virtual Brasileiro de Administração.** Universidade Estadual de Maringá (UEM). 2004. Disponível em: <<http://www.convibra.org/2004/pdf/65.pdf>>. Acesso em: 25 mai. de 2017.

BURGER, G. **Quem assume esta tarefa?** Um documentário de uma Igreja em Busca de sua Identidade. Ed. Sinodal. V. 4. São Leopoldo, RS. 1977.

CÉSAR, W. A formação da sociedade brasileira e o contexto atual. In: HASENACK, J. F. BOCK, C. G. **Unidade: Contexto e Identidade da IECLB.** Ed. Otto Kurh. Blumenau, SC. 2006.

CECCHETTI, E; SANTOS, A. V. Imigração alemã, luteranismo e a criação de escolas no Sul do Brasil. 2012. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVA%20S/IMIGRACAO%20ALEMA,%20LUTERANISMO%20E%20A%20CRIACAO%20DE%20ESCOLAS%20NO%20SUL%20DO%20BRASIL.pdf>>. Acesso em: 02 de mai. 2016.

COLOGNESE, S. A; SCHALLENBERGER, E. **Migrações e comunidades cristãs: o modo de ser evangélico-luterano no Oeste do Paraná.** Toledo, PR. 1994. 104p.

DAHLKE, M.B. Justificados por graça e fé. **Portal Luteranos.** 2016. Disponível em: <<http://luteranos.com.br/textos/justificados-por-graca-e-fe>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

DREHER, M. N. **190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças.** São Leopoldo, RS. Ed. OIKOS, 2014. 248p.

DREHER, M. N. **História do Povo Luterano.** São Leopoldo, RS. Ed. SINODAL, 2005. 80p.

DREHER, M. N. **Igreja e Germanidade.** Estudo crítico da história da Igreja de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo, RS. Ed. Sinodal, 1984.

DREHER, M. N. A história da Igreja de Confissão Luterana no Brasil. In: BRAKEMEIER, G. **Presença Luterana 1990.** São Leopoldo, RS. Ed. Sinodal, 1989.

DROOGERS, A. Religião, Identidade e Segurança entre Imigrantes Luteranos da Pomerânia, no Espírito Santo (1880-2005). **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28 n. 1. p. 13-41. 2008.

ELIADE, M. **O Sagrado e o Profano**. Ed. Martins Fontes. São Paulo. 1992.

FACHIN, O. Fundamentos de Metodologia. ed. 4. São Paulo. Ed. Saraiva. 2003. In: VITECK, H; PAULS, A; SCHWENGBER, C. P; PINTO, D.O; MÜLLER, E. (IR). **Imigração Alemã no Paraná. 180 Anos 1829/2009**. ed.1. Ed. Germânica. 2012.

FREITAG, L. C. Extremo - Oeste Paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista. Franca. 2007. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103090/freitag_lc_dr_fran.pdf?sequence>. Acesso em: 29 de abr. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed, São Paulo. Ed. Atlas, 2002.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel, PR. Ed. Edunioeste. 2002. 306p.

GREGORY, V; STEIN, M. N. Migrações e Germanidade: Oeste do Paraná e Marechal Cândido Rondon. p. 347. In: VITECK, H; PAULS, A; SCHWENGBER, C. P; PINTO, D.O; MÜLLER, E. (IR). **Imigração Alemã no Paraná. 180 Anos 1829/2009**. ed.1. Ed. Germânica. 2012.

HASENACK, J. F. BOCK, C. G. **Unidade: Contexto e Identidade da IECLB**. Ed. Otto Kurh. Blumenau, SC. 2006.

HORII, A. K. D. Religiosidades na construção do sujeito: uma proposta na formação identitária no Oeste do Paraná. **Revista Perspectiva geográfica**. UNIOESTE. v. 9, n. 11, 2014.

KIRCHHEIM H. **Novo Jeito de Ser Igreja**. Textos selecionados do pastor presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Ed. Sínodal. São Leopoldo, RS. 2002.

LINK, R. S. O papel da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil nas Novas Áreas de Colonização: O caso de Rondônia 1972-1987. In: DREHER, M. N; TRAMONTINI, M. J. (orgs.). **Leituras e interpretações da imigração na América Latina: XVI Simpósio de História da Imigração e Colonização**. São Leopoldo. Ed. Oikos, p.650-661. 2007.

MALSCHÍTZKY, H. O tema da IECLB para 1982: Terra de deus Terra para Todos. **Estudos Teológicos**. Capa. v. 23, n. 1. 1983.

MAJEWSKI, R. G.; RUDOLF, V. S. A contribuição da IECLB para a cidadania no Brasil. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 45, n. 1, p. 32-61, 2005.

MARINUCCI, R. MILESI, R. Migrações Internacionais Contemporâneas. 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/MIGRA%C3%87%C3%83O-NO-MUNDO.pdf>>. Acesso em: 20 dez. de 2016.

MULLER, K. D. Colonização Pioneira no Sul do Brasil o Caso de Toledo, Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. v. 48, n. 1. p. 83-139. 1986.

PAWELKE, J. C. **Ficando Rico no Oeste do Paraná**. ed. 2. Ed. Germânica. Marechal Candido Rondon, 2008.

PEREIRA, A. G. FILHO, F. D. A. T. O Fenômeno Migratório Brasileiro no Contexto Capitalista. **Informe Gepec**, Toledo, v. 15, n. especial. p. 279-287. 2011.

PINTO, D. O; PORTES, M. U. Rio Negro: O Berço da Colonização Alemã no Paraná. In: VITECK, H; PAULS, A; SCHWENGBER, C. P; PINTO, D.O; MÜLLER, E. (IR). **Imigração Alemã no Paraná. 180 Anos 1829/2009**. ed.1. Ed. Germânica. 2012.

PRIORI, A; POMARI, L. R; AMÂNCIO, S. M; IPÓLITO, V. K. A história do Oeste Paranaense. 2012. p. 75-89. In: História do Paraná: séculos XIX e XX. **Eduem**, 2012. [online]. Maringá, PR. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 20 dez. de 2016.

PORTAL LUTERANOS. Símbolo da IECLB. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/simbolo-da-ieclb>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

PORTAL LUTERANOS. Luteranos, reformados, unidos, evangélicos. Quem são eles?. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/textos/luteranos-reformados-unidos-evangelicos-quem-sao-eles>>. 22 jun. 2007. Acesso em: 17 dez. 2016.

PORTAL LUTERANOS. Os casamentos interconfessionais. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/textos/os-casamentos-interconfessionais>>. Jun. 1986. Acesso em: 28 mai. 2017.

RABUSKE, I. J; SANTOS, P. L.; GONÇALVES, H. A.; TRAUB, L. Evangélicos brasileiros: quem são, de onde vieram e no que acreditam?. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano 4, n. 12. Jan. 2012.

RIPPEL, R. Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. **Tese de Doutorado**. Campinas. São Paulo. 2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280464/1/Rippel_Ricardo_D.pdf>. Acesso em: 8 abr. de 2018.

SILVA, Y. G. Fenômeno religioso: uma busca pela verdade. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 22, n. 4, p. 345-353, out./dez. 2012.

SCHNEIDER, M. A influência das questões candentes contemporâneas para a identidade da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 49, n. 2, p. 241-251, jul./dez. 2009.

SCHNEIDER, S. A caminhada da IECLB à luz de seus concílios, temas e prioridades. In: BRAKEMEIER, G. **A presença Luterana 1990**. Ed. Sinodal, São Leopoldo, RS. 1989.

SCHWENGBER, C. P. Pioneiros Alemães em Rolândia. In: VITECK, H; PAULS, A; SCHWENGBER, C. P; PINTO, D.O; MÜLLER, E. (IR). **Imigração Alemã no Paraná. 180 Anos 1829/2009**. ed.1. Ed. Germânica. 2012.

STRECK, G. I. W. Panorama histórico das escolas comunitárias do Sínodo Rio-Grandense/IECLB e da Rede Sinodal de Educação. Educação e confessionalidade no Século XXII. **Revista de Educação do Cogeime**. Ano 25, n. 48 - jan./jun. 2016.

VANDERLINDE, T. O manifesto de Curitiba da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. **Cantareira** (UFF), Niterói - RJ, 2004.

VANDERLINDE, T. **Entre dois reinos: a inserção luterana entre os pequenos agricultores no Sul do Brasil**. Cascavel: Ed. Edunioeste, 2006.

VANDERLINDE, T.. A Construção da uma nova Paisagem no Meio Rural: a mediação do Capa. 2010. In: SEMANA: **1º Seminário Nacional de Meio Ambiente e Extensão Universitária**. Marechal Candido Rondon. 2010. Disponível em: <<http://cac-php.unioeste.br/eventos/senama/anais/posteres.html>>. Acesso em: 12 jan. de 2016.

VANDERLINDE, T. O saber agroecológico motivado pela espiritualidade: luteranos em território quilombola. **Estudos Teológicos**. Capa. v. 53, n. 2. 2013.

VANDERLINDE, T. Impactos na Fronteira: Transformações fronteiriças contemporâneas no Oeste do Paraná – BR. 2017. **Relatório de Pesquisa**. 160 p.

VARES, S. F. O Sagrado e o profano em Émile Durkheim. **Revista E-Fappes**, São Paulo, v. 01, n. 04, fev./jul., 2015.

WACHHOLZ, W. Luteranismo no Brasil: trajetórias e desafios. **Estudos Teológicos**. v. 49, n. 2. 2009.

WEISS, R. Durkheim e as formas elementares da vida religiosa. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 13, n. 22 p. 95-119, jul./dez. 2012.

WITT, O. L. **Igreja na migração e colonização**. São Leopoldo: Sinodal, 1996. 148p.

WULFHORST, I. Religiões, novas religiões e seitas no Brasil. In: BRAKEMEIER, G. **A presença Luterana 1990**. Ed. Sinodal, São Leopoldo, RS. 1989.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre. Ed. Bookmam. 2001.

CAPÍTULO 2

ATA da XX Assembleia Sinodal do Sínodo Rio Paraná - IECLB. Fonte: Autor. 16/04/018.

ATA da 65ª Reunião Ordinária do Conselho Sinodal do Sínodo Rio Paraná em 24/03/2018. Comunidade de Toledo, PR. Fonte: Autor. 16/04/018.

ALMEIDA, R; MONTEIRO, P. Trânsito Religioso do Brasil. **São Paulo Perspectiva**. V.15. n. 3 São Paulo. Jul./set. 2001.

ASSIS, R. L; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 67-80, Ed. UFPR. jul./dez. 2002.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNICAMP. 1992.

ABREU et al.,. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 26, p. 143-160, Ed. UFPR. jul./dez. 2012.

BAIARDI, A; ALENCAR, C. M. M. Agricultura Familiar, seu Interesse Acadêmico, sua Lógica Constitutiva e sua Resiliência no Brasil. **RESR**, Piracicaba, SP, v. 52, n. 1. p. 45-62, 2014. Impressa em fevereiro de 2015.

BARONE, L. A; FERRANTE, V. L. S. B. Reforma agrária no Brasil do século XXI: bloqueios e ressignificações. In: DELGADO, G. C; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2017.

BALSADI, V. O. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, v.1. n. 15. 2001.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da Agricultura Brasileira. **Campo-Território**. v. 1, n. 2. p. 123-151, ago. 2006.

BATISTELA, E. M. Agroecologia e racionalidade ambiental: a mediação social do Capa e a reconstrução agroecológica no Sudoeste paranaense. 2009. **Tese** (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BRANDENBURG, A. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambiente & Sociedade**. v. 8, n. 1. jan./jun. 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). Portal da Juventude. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/conjuve/o-que-e>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

BETTA, B. M. D. Agricultura familiar agroecológica e os desafios da extensão rural no Oeste Catarinense. 2015. **Tese** (Graduação em Agronomia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BREITENBACH, R. Sucessão Familiar: Desafio para a gestão rural. 2017. Disponível em: <<http://www.destaquerural.com.br/2017/06/06/sucessao-familiar-desafio-para-gestao-rural/>>. Acesso em: abr. de 2018.

BRUMER, A; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 11. n. 12, p. 6-17. Jan/jun. 2008.

BURTON, R.; WALFORD, N. Multiple succession and land division on family in the South East of England: A counterbalance to agricultural concentration?. **Journal of Rural Studies**. Londres, v. 21, p. 335-347, 2005.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. ed. 2. São Paulo. 1969.

CASTRO, E. Juventude Rural. In: MOTTA, M. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2005.

CAMARANO, A. A; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol15_n2_1998/vol15_n2_1998_4artigo_45_65.pdf> Acesso em: 18 de jun. 2016.

CASTRO, E. G; MARTINS, M; ALMEIDA, S. L. F; RODRIGUES, M. E. B; CARVALHO, J. G. **Os Jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Ed. EDUR, Seropédica, RJ. 2009.

CORRÊA, W. K; FINATTO, R. A. As estratégias de desenvolvimento e a agricultura familiar de base agroecológica no município de Pelotas, RS. 2009. **Tese** (Pós Graduação em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

COELHO, C. N; GRAMACHO, A; FILHO, A. B; CONTINI, E; VENTURELLI, P. N. 70 Anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Trimestral, ano. x. Set. 2001.

CONDRAF. Nota de Repúdio à Extinção do MDA - CONDRAF. 2016. Disponível em: <<http://www.cnater.gov.br/cnater/?q=noticias/nota-de-rep%C3%BAadio-%C3%A0-extin%C3%A7%C3%A3o-do-md-condraf>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

COSTA, A. J. V; RIBEIRO, V. S; SALAMONI, G. Caracterização dos agricultores familiares de base agroecológica no município de Pelotas, RS. 2009. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/1/Veridiana%20Ribeiro_Estudios%20Agrarios%20e%20Ambientais.pdf>. Acesso em: 17 de jun. 2016.

CREMONESE, C; SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo e agricultura familiar na formação do espaço agrícola do Oeste do Paraná. **Tempo da Ciência**. v. 12 n. 23. p. 49-63, 1 sem. 2005.

DALCIN, D; TROIAN, A. Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. Sociologia e Política. I Seminário Nacional Sociologia e Política UFPR. 2009. Sociedade e Política em tempos de Incerteza. Disponível em:

- <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/jovem-meio-rural-DioneiaDalcin.pdf>>. Acesso 26 mai. 2017.
- DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**. v. 15, n. 43, 2001.
- EVANGELISTA, F. R; CARVALHO, J. M. M. Algumas considerações sobre o êxodo rural no Nordeste. Banco do Nordeste-BNB/Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste -ETENE, 2001. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irigacao/Docs/Algumas%20Consideracoes%20sobre%20o%20Exodo%20Rural%20no%20Nordeste.PDF>. Acesso em: 5 nov. de 2016.
- FACCIN, O. P.; SCHMIDT, C. E. F. Sucessão nas Propriedades Rurais Familiares Integrantes de uma Cooperativa Agropecuária. In: **Coleção Desenvolvimento Rural**. Vol. 2. Porto Alegre, RS. 2013. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos/E_Book2.pdf>. Acesso em: 5 nov. de 2016.
- FERREIRA, S. M. Comissão pastoral da Terra: agroecologia e simbologia político-religiosa no Norte de Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. 2005. **Tese** (Doutorado em Ciência da Religião) - UFJF, Juiz de Fora, 2005.
- FINATTO, R. A; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas, RS. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20. n. 2. p. 199-217, dez. 2008.
- FONSECA, A. B.; NOVAES, R. Juventudes Brasileiras, Religiões e Religiosidade: uma primeira aproximação. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. (Coleção Educação para todos; 27). ed. 1. Brasília. 2007.
- FNDE. PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em: 13 abr. de 2018.
- IDE, H. U. **A gente pega junto: protagonismo na agricultura familiar**. Porto Alegre. [s.n], 2008.
- LODI, J. B. **Sucessão e conflito na empresa familiar**. São Paulo. Pioneira, 1987.
- MAIA, C. M; RIEDL, M. Agricultura e dinâmicas do desenvolvimento rural no contexto da globalização. **Revista do Desenvolvimento Regional**. COLÓQUIO, Faccat. Taquara/RS. v. 14, n. 1, jan./jun. 2017.
- MARSCHNER, W; VANDERLINDE, T. As práticas dos movimentos sociais no uso e nas relações com a terra e o meio ambiente - o caso do CAPA e da Assesoar. Campo-Território. **Revista de Geografia Agrária**, v. 10, n. 21, p. 59-88, ago. 2015.
- MARIM, R. Êxodo Rural. In: MOTTA, M. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2005.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico crise contemporânea**. São Paulo. Ed. UNESP; Brasília, DF. 2010.

MAJEWSKI, R. G; RUDOLF, V. S. A contribuição da IECLB para a cidadania no Brasil. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 45, n. 1, p.32-61, 2005.

MOTTA, M; MENDONÇA, S. Modernização da Agricultura. In: MOTTA, M. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2005.

NEVES, D. Agricultura Familiar. In: MOTTA, M. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2005.

NIGRI, S. D. R. Juventude e religião em debate: Um estudo sobre a participação dos jovens evangélicos na construção das políticas públicas de juventude. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciência e Política. Vitória. 2010. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/arquivos/monografias/Sarah%20Domngues%20da%20Rocha%20Nigri.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

NOVAES, R. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz a diferença? In: ABRAMO, H. W; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira: análise de uma perspectiva nacional**. São Paulo. Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo, 2005.

OLIVEIRA, E; FLECK, L; BECKER, M. Êxodo rural e sua problemática em relação ao meio ambiente e sociedade civil. In: **I seminário internacional dos espaços de fronteiras**. III Seminário regional sobre território, fronteira e cultura. VII Expedição Geográfica da Unioeste, Espaços de Fronteira, Território e Ambiente. Marechal Cândido Rondon, PR. Set. 2011. Disponível em: <<http://cac.php.unioeste.br/eventos/geofronteira/anais2011/Arquivos/Artigos/GESTAO/Artigo75.pdf>>. Acesso em: 1 fev. de 2017.

PATÁRO, C. S. O; HAHN, F. A. **Instituições e Sociabilidades: Religião, Política e Juventudes**. Ed. Facilcam. Campo Mourão. 2013.

PICOLOTTO, L. E. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP. v. 52, Supl. 1, p. 63-84. 2014. Impressa em fevereiro de 2015.

PRIORI, A; POMARI, L. R; AMÂNCIO, S. M; IPÓLITO, V. K. A história do Oeste Paranaense. 2012. p. 75-89. In: História do Paraná: séculos XIX e XX. **Eduem**, 2012. [online]. Maringá, PR. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 20 dez. de 2016.

PORTO, M. S. G.; SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: PPGS, UFRGS, p. 76-88. 1994.

PORTAL LUTERANOS. Missão com Jovens. Disponível em: <http://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/missao-jovens/conselho-nacional-da-juventude-evangelica-conaje>. Acesso em: 16 abr. de 2018.

PY, F; PEDLOWSKI, M.A. Atuação de religiosos luteranos nos movimentos sociais rurais no Brasil (1975-1985). **Tempo**, Niterói, Vol. 24 n. 2, Maio/Ago. 2018, p. 233-252.

SANTOS, F; TONEZER, C; RAMBO, A. G. Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para a soberania alimentar?. In: **Sober**. 47 Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, jul. 2009. Disponível em:

<<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Agroecologia%20e%20Agricultura%20Familiar%20-20Um%20caminho%20para%20a%20soberania%20Alimentar.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. PAA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 13 abr. de 2018.

SILVA, M. C. A pluriatividade como estratégia de reprodução da agricultura familiar no município de Caçapava do Sul-RS: um estudo de caso em cinco comunidades. **Tese**. Universidade Federal de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Sistema de Produção Agrícola Familiar. Pelotas, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufpel.edu.br/handle/123456789/2413>>. Acesso em: 5 nov. de 2016.

STROPALOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Ed. UFSC. Florianópolis. 2006.

UMBELINO, A. Reforma Agrária. In: MOTTA, M. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2005.

VANDERLINDE, T. Presença do CAPA entre agricultores familiares no Oeste do Paraná. 2002. **Tese** (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 2002.

VANDERLINDE, Tarcísio. A Construção da uma nova Paisagem no Meio Rural: a mediação do Capa. 2010. In: **Semana**. 1º Seminário Nacional de Meio Ambiente e Extensão Universitária. Marechal Candido Rondon. 2010. Disponível em: <<http://cac.php.unioeste.br/eventos/senama/anais/posteres.html>>. Acesso em: 12 jan. de 2016.

VANDERLINDE, T. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores do Sul do Brasil. In: **ANPUH**. XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1566.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2017.

VANDERLINDE, T. O saber agroecológico motivado pela espiritualidade. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 53, n. 2, p. 297-309, jul./dez. 2013.

VANDERLINDE, T. Impactos na Fronteira: Transformações fronteiriças contemporâneas no Oeste do Paraná - BR. 2017. **Relatório de Pesquisa**. 160 p.

VANDERLINDE, T; VANDERLINDE, J; METZNER, C. A experiência pedagógica ambiental do CAPA: o saber compartilhado no campo. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**. v. especial, mai. 2014.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

WANDERLEY M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. **Una nueva ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires. Argentina. 2001. Disponível em: <<http://conectarural.org/sitio/sites/default/files/documentos/giarraca.pdf#page=26>>. Acesso em: 26 de mai. 2017.

ZONIN, W. J. Transição agroecológica: modalidades e estágios na região metropolitana de Curitiba. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Paraná. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba. 2007. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/12095/?jsessionid=F192B749E0B1F6BCB1F95E1BF814BBE5?sequence=1>>. Acesso em: 26 mai. de 2017.

CAPÍTULO 3

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, RJ - Brasil. 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 19 jan. de 2018.

EMBRAPA. Soluções tecnológicas: Agrofonte - Website especializado em informações voltadas para a agricultura familiar no Brasil. 2015. Disponível em: <<http://agrofonte.ctaa.embrapa.br/>>. Acesso em: 19 jan. de 2018.

PORTAL LUTERANOS. Acampamento Repartir Juntos. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/acampamentos-repartir-juntos>>. Acesso em: 8 mar. de 2018.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PASTORES (AS)

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PASTORES (AS)

1. Tempo de experiência como Ministro Ordenado?

- Entre 01 ano e 03 anos;
- Entre 04 e 08 anos;
- Entre 09 e 13 anos;
- Mais de 14 anos.

2. Tempo de atuação no Núcleo?

- Entre 01 ano e 03 anos;
- Entre 04 e 08 anos;
- Entre 09 e 13 anos;
- Mais de 14 anos.

3. Qual núcleo pertence?

- Girassol;
- Sudoeste;
- Mato Grosso;
- Sol de Maio.

4. Quantidade de Comunidades atendidas?

- Entre 01 e 03 Comunidades;
- Entre 04 a 05 Comunidades;
- Mais de 05 Comunidades.

5. Dentre as Comunidades atendidas, elas são:

- Predominantemente Zona Rural;
- 50% Urbano 50% Rural;
- Predominantemente em Zona Urbana;
- 100% Urbano;
- 100% Rural.

6. Sobre os seus membros, como os caracterizariam:

- Pequenos agricultores;
- Grandes agricultores;
- Médio Agricultores
- Moram em sua maioria na Zona Urbana mas possuem propriedades rurais;
- A sua maioria mora em Zona Urbana e não possuem propriedades rurais;
- Outros.

7. Sobre as famílias de seus membros:

- Todos mantem atividades agrícolas;
- Somente os pais permanecem na propriedade;
- Os filhos estudam e permanecem pouco tempo na propriedade;
- Os filhos não tem interesse em permanecer;
- Os filhos tem interesse em permanecer;
- Outros.

8. Em relação ao trabalho com Jovem em sua Paroquia:

- Acontecem encontros constantes e específicos;
- Não há uma ação/atividade exclusiva para os jovens;
- São poucos os jovens que participam das atividades da Comunidade (Cultos, Diretoria);
- Os jovens não participam das atividades a eles direcionadas;
- Outros.

9. Na sua opinião, em relação a participação dos jovens na IECLB?

- Participam por que se identificam com os princípios religiosos da IECLB;
- Participam por cobrança familiar;
- Participam por iniciativa própria;;
- Participam muito pouco.

10. Você conhece o trabalho do CAPA (Centro de Apoio e Promoção a Agroecologia) no meio rural luterano?

- Conheço muito bem;
- Conheço parcialmente;
- Não conheço;
- Outros.

11. Em caso de conhecer o trabalho do CAPA, como avalia?

12. Na abrangência de sua paroquia, existem membros que desenvolvem atividades assessoradas pelo CAPA:

- Sim;
- Não;
- Desconheço
- Outros

13. Na sua opinião Enquanto Ministro Ordenado da IECLB, o trabalho do CAPA?

- É fator fundamental para a permanencia do jovem no meio rural;
- Contribui parcialmente para a permanencia do jovem no meio rural;
- Não interfere na permanencia do jovem no meio rural;

Outros.

14. O trabalho que o CAPA desenvolve:

- Contribui fundamentalmente para a permanência do jovem na IECLB;
- Contribui parcialmente para a permanência do jovem na IECLB;
- Não interfere para a permanência do jovem na IECLB;
- Outros.

15. Como é a relação do CAPA com a IECLB em sua Paróquia:

- O CAPA é um departamento atuante e com ações permanentes;
- O CAPA é um departamento com atuação razoável e ações esporádicas;
- O CAPA é um departamento com atuação fraca e poucas ações;
- O CAPA não tem atuação na vida da Comunidade.

16. Na sua opinião, o impacto da modernização na área agrícola, afetou a vida comunitária em sua Paróquia?

- Muito;
- Parcialmente;
- Pouco;
- Nada.

17. Enquanto Ministro, você desenvolve a liturgia do Culto de Ação de Graças (o membro traz produtos da terra para o Culto)?

- Sim;
- Não.

17. Os produtos trazidos no culto são:

- Produzidos na própria propriedade do Membro;
- Comprados nos comércios em geral;
- Maioria industrializados.

18. Os princípios e práticas religiosas das diversas igrejas em sua Paróquia:

- Interfere no êxodo dos membros da IECLB para outras religiões;
- Interfere parcialmente;
- Interfere muito pouco;
- Não interfere.

19. A sucessão familiar é uma de suas preocupações enquanto Ministro em sua Paróquia? Como avalia esse quadro na IECLB?

ANEXO B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS JOVENS

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS JOVENS

1. Idade: ___ __ anos

2. Sexo : () feminino () masculino

3. Você reside: () Na área Urbana (Cidade-Sede) () Na área Urbana – interior (Distrito)

() Na Zona Rural () outro lugar: _____

4. Mora: () sozinho () com meus pais () só com meu pai/ só com minha mãe () com meus parentes () outros: _____

5. Quais são as pessoas de sua família com quem você mais convive diariamente? () pai

() mãe () pais () irmão(s) () outros parentes () amigos () empregados/funcionários

() outros: _____

6. Escolaridade dos membros da família

Membro (Pai, mãe etc)	Idade	Escolaridade

1-responsável, 2-esposa(o), 3-pai, 4-mãe, 5-filho(a), 6-outro

1- analfabeto, 2 –fundamental incompleto 3- fundamental completo , 4-médio incompleto, 5-médio completo, 6- superior incompleto, 7-superior completo 8- estudando

7. Qual o seu vínculo com a IECLB? () Sou membro batizado nesta fé; () Não sou batizado nesta fé, mas sou membro através da Profissão de Fé; () Participo como simpatizante.

8. Qual é a frequência com que você vai à igreja? () Estou presente em todos os cultos. () Estou presente em quase todos os cultos. () Vou à igreja de vez em quando. () Quase nunca / dificilmente vou à igreja.

9. Você participa de algum trabalho na igreja? () não. () sim: qual (is)?

10. Você acha que a igreja oferece um tratamento adequado aos Jovens? () Sim () Não
() Em partes. Justifique se considerar necessário.

11. A sua participação na Comunidade (igreja) resume-se: () Somente como ouvinte do Culto; () Participo do culto com meus dons (canto, leituras, ações); () Participo da Diretoria da Igreja; () Não participo em nenhuma atividade.

12. Quanto a participação na Comunidade: () Me identifico com os princípios religiosos da IECLB; () Participo por cobrança familiar; () Participo por iniciativa própria
() Não participo.

13. Você conhece o trabalho do CAPA (Centro de Apoio e Promoção a Agroecologia) que é vinculado a IECLB.
() Conheço muito bem; () Conheço parcialmente; () Não conheço

14. Você já foi convidado por outras pessoas a participar de cultos e atividades de outras denominações religiosas?
() Sim, mas não frequentei () Sim, frequentei e gostei () Sim, frequentei e não gostei () Nunca fui convidado

15. Sobre a educação cristã de seus filhos, como você pretende seguir:
() Irei educá-los na fé cristã baseados nos princípios da IECLB () A educação cristã pode acontecer em qualquer denominação religiosa; () Acredito ser

desnecessário a educação cristã () Não irei instigar meus filhos na educação cristã.

QUESTIONÁRIO EXCLUSIVO PARA GRUPO FAMILIAR RESIDENTE NA ZONA RURAL

1) Como é feita a tomada de decisão na propriedade onde você reside: () Apenas o responsável () Responsável + cônjuge () toda a família

2) Responsável pela propriedade participou em cursos, capacitações, dia de campo, etc...:

Especificação do curso	Atividade relacionada	Ano de realização

3) Participa em Órgãos de representação?

Órgão	Participação Ativa/Passiva
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	
Associação de Moradores (Comunidade)	
Cooperativa	
Grupo de mães	
Grupo de jovens	
CAPA	
ACEMPRE	
Outro: Qual?	

4) Segurança alimentar: Gasto mensal no supermercado com alimentação: **colocar a porcentagem comprada e que é produzida na propriedade**_____

8) O Pastor de sua Comunidade visita a sua casa:

() sim, bastante () sim, esporadicamente () sim, muito pouco () não lembro da última visita

9) Quanto a terra onde trabalha: () própria () arrendada () posseiro () Outra:

--

10) Possui transporte próprio () sim () Não

Se não tiver, com se desloca.

11) Condições de acesso e satisfação com os serviços de saúde.

Considera o acesso aos serviços? () bom () médio () ruim

Considera a qualidade o serviço prestado? () bom () médio () ruim

12) Acesso a informação e comunicação: () Rádio () Televisão ()

Telefone

() Internet () reunião comunitária

13) Lazer

Tipo de Lazer	Sim	Não
Lazer dentro da própria propriedade		
Visitas e encontros em propriedades de vizinhos		
Lazer na Comunidade		
Lazer em Comunidades próximas		
Lazer com o Grupo de Jovens da Igreja		
Busca lazer longe da comunidade		
Outros. Quais?		

14) Satisfeitos com as condições de lazer que tem acesso?

() insatisfeito () pouco satisfeito () satisfeito () muito satisfeito

15) Principal dificuldade da família em morar na propriedade?

16) Satisfação em morar na propriedade: () muito satisfeito () satisfeito () pouco satisfeito () insatisfeito

17) Há quantos km mora da primeira cidade? _____

Em relação a agroecologia:

1) A propriedade possui o certificado de produção agroecológica? () sim () não

2) Caso positivo, qual o tipo de produção?

3) Caso a sua propriedade se enquadra como fornecedora de produtos agroecológicos, aponte 3 principais motivos que o levaram a adotar este tipo de agricultura.

4) Como os produtos agroecológicos são comercializados.